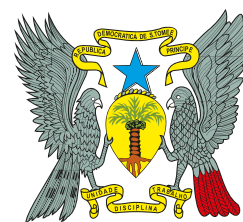




2 a 5 de Novembro de 2015, São Tomé



SEMINÁRIO CONJUNTO IBP/PRO PALOP-TL ISC TRANSPARÊNCIA & PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS FINANÇAS PÚBLICAS DOS PAÍSES LUSÓFONOS



República Democrática
de São Tomé e Príncipe

O Pro PALOP-TL ISC é inteiramente financiado pela União Europeia

HANDBOOK DO PARTICIPANTE

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Avaliar a transparência orçamental permite fornecer uma melhor compreensão do estado factual da transparência e da prestação de contas. Ou seja, permite medir a acessibilidade, a publicidade, regularidade e abrangência dos documentos orçamentais. Dentre esses documentos, de acordo com a terminologia utilizada pela *International Budget Partnership*, destacam-se a Declaração Pré-Orçamentária, a Proposta de Orçamento do Executivo, o Orçamento Promulgado, os Relatórios durante o Ano (Contas Provisórias Mensais ou Trimestrais), a Revisão Semestral, o Relatório de Fim de Ano (Conta Geral ou Conta Geral de Estado) e o Relatório de Auditoria (Parecer sobre a Conta Geral de Estado do Tribunal de Contas). Existe mais um documento orçamental, o Orçamento Cidadão, que consiste na simplificação de um dos documentos orçamentais acima referidos, mais frequentemente, do Orçamento Promulgado.

Por seu turno, medir a capacidade de controlo externo, quer o legislativo (exercido pelas legislaturas – Parlamentos), quer o jurisdicional (exercido pelas Instituições Supremas de Auditoria ou Superiores de Controlo – Tribunais de Contas), permite por um lado obter uma avaliação mais exata e abrangente do papel dos órgãos legislativos durante o processo orçamental, bem como da eficácia do seu controlo sobre as políticas governamentais e, por outro lado, medir a autonomia, meios e capacidade de realização de auditorias financeiras anuais pelas ISC para avaliar o executivo na implementação do orçamento em linha com as diretivas legislativas.

Por fim, medir a participação e envolvimento do público no processo orçamental, incluindo a fase de auditoria, permite avaliar as oportunidades reais para a sociedade civil e cidadãos participarem ativamente na tomada de decisões orçamentais e de fiscalização independente, institucionalizada e forte da transparência orçamental e prestação de contas. Portanto, permite medir as interações da sociedade civil e cidadãos com o Executivo, com as ISC e com os Parlamentos na realização dos respetivos mandatos.

Qualquer que seja a performance e nível de desenvolvimento da ISC, do Parlamento e da Sociedade Civil, uma limitada transparência orçamental indicia fraco impacto das realizações dessas instituições para o cidadão em matéria de controlo externo das FP. Por outro lado, a maioria dos países proporciona atualmente poucas oportunidades para o engajamento do público no processo orçamental que deve ter uma base jurídica.

A transparência orçamental não é suficiente para levar à prestação de contas, ela tem de ser acompanhada por oportunidades significativas para a sociedade e os cidadãos de participarem ativamente na tomada de decisões orçamentais e por uma fiscalização independente institucionalizada e forte. Não obstante, cidadãos informados e ativos não substituem o papel formal das instituições de controlo, Parlamentos e Instituições Superiores de Controlo. Os órgãos legislativos desempenham um papel crítico na gestão das finanças públicas, aprovando o orçamento nacional e fiscalizando a sua execução pelo executivo. Uma melhor fiscalização legislativa reforça a transparência e responsabilização dos governos. Os *standards* para fiscalização legislativa são similares aos aplicados para avaliar a execução das políticas: legalidade, eficácia, legitimidade. O Controlo Legislativo inclui o envolvimento dos órgãos legislativos no processo orçamental ainda antes da apresentação da proposta de orçamento do executivo e até à fase de auditoria – Parecer sobre a Conta Geral. Esse controlo pressupõe ainda, entre outros: o acesso à capacidade analítica e de pesquisa, a existência de poderes para fazer alterações e o tempo que tem para discutir antes de aprovar a proposta de orçamento, a existência de poderes para fazer alterações durante a implementação do orçamento.

Por outro lado, as ISC devem ser Independentes do executivo para poderem examinar de forma independente a utilização dos fundos públicos. Para além do seu papel jurisdicional e/ou de controlo financeiro ancorado nos diferentes tipos de auditoria realizados (conformidade, financeira e desempenho), espera-se das ISC, uma opinião profunda, embora meramente técnica sobre as Contas Públicas, por via da emissão do Parecer sobre a Conta Geral (PCGE), instrumento que facilite o legislativo na avaliação do orçamento implementado pelo executivo, respeitando o quadro das diretivas legislativas. Tais relatórios contemplam recomendações que quando encaminhados aos órgãos legislativos, por sua vez, servem de base para responsabilizar o executivo.

Este será o enfoque do seminário que deve decorrer entre os dias 02 e 05 de Novembro de 2015, em São Tomé e Príncipe, reunindo representantes das OSC, dos Parlamentos, das ISC e dos Ministérios das Finanças dos PALOP e de Timor-Leste, Brasil e Portugal, para discutirem em profundidade, de forma comparada e com base na troca de experiências, a importância da transparência orçamental e do envolvimento do público no processo orçamental, incluindo na fiscalização legislativa orçamental e a auditoria anual da ISC às Contas Públicas (quer seja no âmbito do julgamento das contas de gerência ou do PCGE).

O Seminário será realizado em São Tomé, entre os dias 02 e 05 de Novembro de 2015, sendo coorganizado e cofinanciado pela [International Budget Partnership](http://internationalbudget.org/who-we-are/)¹ (IBP) e pelo [Pro PALOP-TL ISC](http://www.propaloptl-sci.org/index.php/pt/)², um projeto inteiramente financiado pela União Europeia e diretamente administrado pelo PNUD. A Agenda do seminário foi desenvolvida na base de registos e experiências recentes no domínio da transparência orçamental, do controlo externo das finanças e contas públicas, bem como do envolvimento e escrutínio do público das despesas públicas.

O Seminário utilizará como base de referência parte da informação recolhida a partir das missões de formulação dos Planos de Trabalho Anuais (PTA) realizadas no quadro do Pro PALOP-TL ISC, realizadas entre Janeiro e

¹ <http://internationalbudget.org/who-we-are/>.

² <http://www.propaloptl-sci.org/index.php/pt/>.

Novembro de 2014 em todos os PALOP e Timor-Leste, assim como os dados mais recentes do Inquérito sobre Orçamento Aberto publicado pelo IBP em setembro de 2015³ para cada um dos países que realizou o exercício. As bases de referência do seminário incluem ainda informação relevante de exercícios de [Avaliação da Despesa Pública e Responsabilização Financeira \(PEFA\)](#)⁴, indicadores relacionados com a credibilidade do orçamento, abrangência do orçamento, transparência do orçamento, análise da legislação, controlo externo e auditoria, participação do público nos processos orçamentários, nesses países, entre outras fontes relevantes.

³ <http://www.openbudgetsurvey.org>.

⁴ <http://www.pefa.org/en>.



TERMOS DE REFERÊNCIA

TERMOS DE REFERÊNCIA

PROJETO PARA REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS DE INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE CONTROLO (ISC), PARLAMENTOS NACIONAIS E SOCIEDADE CIVIL PARA O CONTROLO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE (PRO PALOP-TL ISC)

O Pro PALOP-TL ISC foi criado a partir da subárea de governação económica no quadro do 10º Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) de 2008-2013 para os países PALOP-TL, o qual tem destinados 33.1 milhões de euros para apoio a Projetos de iniciativa de governação nos PALOP-TL. Este Projeto foi formulado com base na parceria entre a União Europeia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UE-PNUD) que destina 6,5⁵ milhões de Euros em apoio a Instituições Superiores de Controlo (ISC/EFS), Parlamentos, Parlamentares e Organizações de Sociedade Civil (OSC) nos PALOP-TL no domínio do controlo externo das finanças públicas, supervisão legislativa das despesas públicas e envolvimento do público nos ciclos orçamentais. Este Projeto tem como objetivo promover a governação económica nos PALOP-TL através do reforço das capacidades técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC/EFS), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil nos seis países beneficiários.

O Projeto Pro PALOP-TL ISC está desenvolvido de acordo com as estratégias nacionais para a redução da pobreza e metas de desenvolvimento nacionais dos países beneficiários, assim como com o Programa do País e Planos de Assistência do PNUD e o 10º FED 2008-2013 para os PALOP-TL. Estas políticas e estratégias estão adaptadas às especificidades e prioridades de cada país mas convergem para promover a boa governação económica como um catalisador para o desenvolvimento humano e o crescimento económico. O Pro PALOP-TL contribui para este objetivo comum através do desenvolvimento das competências dos atores anteriormente referidos para (i) uma maior eficácia no controlo do orçamento pelo legislativo, (ii) melhorias nos sistemas de gestão das finanças públicas baseadas em práticas e instituições de controlo externo mais eficientes (iii) uma participação pública mais informada e ativa e o seu envolvimento nos processos e ciclos orçamentais.

O Projeto conta com uma intervenção de abordagem multi-país e pretende intensificar o intercâmbio entre os PALOP-TL e a colaboração Sul-Sul inter-institucional, com base em uma perspetiva mais holística de governação democrática. Uma especial importância é dada ao desenvolvimento de capacidades cooperativas, transversais, Sul-Sul e entre pares dentro das áreas selecionadas de governação económica, mais concretamente na área do controlo externo, auditorias públicas externas, controlo financeiro do orçamento e escrutínio público das finanças públicas, dos processos de ciclos orçamentais e de contas públicas.

O Projeto tem como objetivo geral promover a governação económica nos PALOP-TL e reforçar as capacidades técnicas e funcionais das ISC/EFS, Parlamentos, Parlamentares e Sociedade Civil (incluindo os media). O objetivo específico é melhorar e aumentar a eficácia das políticas externas e o controlo judicial e civil das finanças públicas nos PALOP-TL tendo em vista uma utilização mais eficiente dos recursos públicos. As ISC/EFS e Assembleias Legislativas, assim como o público em geral, desempenham um papel importante na prevenção da corrupção e má gestão pública assim sendo, no âmbito do possível, o Projeto tem também como objetivo fortalecer os vínculos entre as ISC/EFS, Parlamentos, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e outros órgãos de fiscalização, em particular as agências de luta contra a corrupção e as agências de *procurement*.

Este Projeto aborda diretamente a questão da boa governação e tem como objetivo reforçar os sistemas de prestação de contas através de um controlo externo e independente das finanças públicas, em resposta ao direito dos cidadãos à informação. O Projeto tem também como objetivo promover transversalmente a igualdade e equidade de género nos gastos públicos produzindo resultados e um impacto transformativo que deverá ser sustentável para além do ciclo de vida do Projeto. Para o efeito, o PNUD irá associar às unidades da ONU Mulheres ao nível dos seus escritórios de país e das outras agências de desenvolvimento e parceiros para a conceção dos planos de trabalho e atividades de formação. As plataformas e soluções oferecidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) irão desempenhar um papel fundamental nesta estratégia e serão transversais às ações do Projeto. Questões ambientais serão tidas em consideração em atividades específicas, e quando a situação o justificar, e serão compatíveis com as estratégias dos países parceiros e as suas prioridades nacionais, como é o caso do reforço das competências de gestão e controlo na área da extração de recursos naturais em Moçambique.

Estão previstos dois resultados que contribuem diretamente para o objetivo específico deste Projeto:

1. O reforço das capacidades de controlo e auditoria das ISC/EFS sobre as finanças públicas dos PALOP-TL num contexto de aprendizagem entre pares.

⁵ 6,4 Milhões de euros administrados pelo PNUD e 0,1 milhões de euros administrados pela EU.

2. O desenvolvimento de capacidades de supervisão para uma análise informada por parte dos Parlamentos e Sociedade Civil sobre as finanças públicas nos PALOP-TL num contexto de aprendizagem entre pares.

O Pro PALOP -TL ISC utiliza as ações de formação com vista a fortalecer e consolidar as competências e credenciais de todas as partes envolvidas e estabelece plataformas de *e-Learning* em Português garantindo o acesso a longo prazo a bases de dados e informação em Português. O Projeto contribui também para estabelecer pela primeira vez uma plataforma multi-país de Organizações de Sociedade Civil dos PALOP-TL onde serão apresentadas as lições e progressos feitos pelas OSC dentro do âmbito da Iniciativa do Orçamento Aberto. O plano de trabalho multi-país da OISC/CPLP⁶ será complementado com outras atividades que visam promover a sustentabilidade e cooperação entre as diferentes Assembleias Legislativas dos PALOP-TL.

O acesso melhorado à informação fiscal (em termos de cumprimento dos prazos e divulgação, bem como da qualidade e abrangência da informação disponível) é uma pré-condição para um controlo público eficaz e para atingir os objetivos principais do Pro PALOP-TL. A longo o prazo, a extensão do impacto do Projeto vai depender do sucesso das suas estratégias de saída e da sustentabilidade das suas ações e atividades. É portanto crucial que os beneficiários deste Projeto estabeleçam relações e parcerias sustentáveis que perdurem para além do término do Projeto. Estas relações duradouras serão melhor alcançadas através do desenvolvimento de capacidades de recursos humanos dentro de instituições nacionais. Esse desenvolvimento de capacidades deve ter como objetivo desenvolver as competências profissionais e a melhoria da formação a nível interno.

A estratégia definida pelo Projeto tem em consideração tanto os diferentes contextos dos seis países beneficiários como a cooperação inter-institucional e Sul-Sul da qual fazem parte os PALOP-TL. O plano de ação inclui atividades multi-países que promovem a cooperação inter-institucional e Sul-Sul entre os PALOP (formação presencial e *e-Learning*, *workshops*, visitas de estudo e atividades aprendizagem entre pares), assim como atividades a nível nacional dirigidas às necessidades de cada um dos países beneficiários (formação, transformações organizativas, preparação de manuais, desenvolvimento de capacidades, etc.).

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP (IBP) E O INQUÉRITO SOBRE O ORÇAMENTO ABERTO

A *International Budget Partnership* (Parceria para o Orçamento Aberto, IBP) é uma organização não governamental internacional que colabora com a sociedade civil ao redor do mundo para usar a análise e a advocacia do orçamento como uma ferramenta para promover uma governação eficaz e reduzir a pobreza. Os orçamentos públicos são a mais poderosa ferramenta que os governos tem para atender as prioridades de um país e as necessidades da sua população. O objetivo da IBP é garantir que os orçamentos públicos respondam às necessidades das pessoas pobres na sociedade e, como parte destes esforços, tornar os sistemas orçamentários mais transparentes e participativos. A IBP acredita que o público tem direito à informação completa, pontual e útil sobre como o governo administra os recursos públicos, e a participar de forma directa e indirecta nas decisões orçamentais.

Para promover a transparência, participação e prestação de contas nos orçamentos públicos, a IBP produz e publica, a cada dois anos, o Inquérito sobre o Orçamento Aberto (*Open Budget Survey*, OBS). O Inquérito sobre o Orçamento Aberto é a única medição independente e comparativa da transparência participação e fiscalização orçamental no mundo. Outras avaliações internacionais no campo das finanças públicas dependem grandemente de informação fornecida pelos próprios governos, mas o Inquérito sobre o Orçamento Aberto é implementado por investigadores independentes sediados em cada um dos países inquiridos, que realizam uma análise por forma a determinar as respostas a 140 perguntas factuais, sendo os resultados revistos depois por outro especialista, anónimo. Os governos de todos os países inquiridos são igualmente convidados a analisar e comentar os resultados, e muitos deles fazem-no.

A maior parte das perguntas examina a quantidade de informação orçamental disponibilizada ao público através de oito documentos orçamentais principais. Com base nas respostas a 109 perguntas, a cada país é dado um resultado entre 0 e 100 chamado o Índice do Orçamento Aberto (IOA) – uma medida comparável de transparência orçamental. Os resultados anteriores foram largamente utilizados por governos de países individuais e organizações da sociedade civil, bem como por iniciativas multilaterais e iniciativas de transparência e responsabilidade de sectores específicos, de forma a melhorar a divulgação de informações orçamentais. O Inquérito inclui ainda 16 perguntas que examinam as oportunidades de participação pública no processo orçamental e outras 15 que examinam a capacidade das duas instituições públicas de controlo: o poder legislativo e a instituição suprema de auditoria.

Em 2015, o Inquérito foi revisto, de forma a incorporar os últimos desenvolvimentos sobre boas práticas geralmente reconhecidas, a harmonizá-lo com outras normas e ferramentas orçamentais existentes e a reforçar

⁶ Organização das Instituições de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

individualmente as várias perguntas de base, a partir do conhecimento recolhido pela IBP ao longo dos vários anos a investigar os determinantes da eficácia e prestação de contas nos processos orçamentais.

Os resultados do Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2015 revelam grandes lacunas na informação orçamental disponibilizada pelos governos. O resultado médio do IOA é de 45 em 100, para os 102 países inquiridos. Uma vasta maioria destes estados, nos quais vive 68% da população mundial, fornece informação orçamental considerada insuficiente. Esses 78 países têm um IOA de 60 ou inferior. Há ainda 17 países, um número perturbador, que fornece informação orçamental escassa ou nula, com resultados de 20 ou abaixo.

Entre 2012 e 2015, o resultado médio do IOA dos 100 países para os quais os dados comparáveis se encontram disponíveis aumentou de 43 para 46. Este aumento da média global teria sido maior se o Inquérito não tivesse sido modificado em 2015. Este resultado oculta a variação considerável do progresso entre os países inquiridos. As maiores melhorias em transparência orçamental entre 2012 e 2015 foram realizadas por países que estavam entre os menos transparentes. Os países que estavam no final do índice em 2012, com resultados de 40 ou inferiores, melhoraram substancialmente: o resultado médio do IOA subiu de 18 em 2012 para 28 em 2015, um aumento considerável de mais de metade.

No entanto, o entusiasmo quanto a estes sinais de progresso relativamente à transparência orçamental deve ser refreado por quatro ordens de razão. Em primeiro lugar, o nível da base de partida era francamente baixo. Em segundo lugar, determinados dados do Inquérito parecem indicar que consideravelmente mais países sofreram quedas na transparência orçamental desde 2010 do que nos quatro anos antes disso. Em terceiro lugar, muitos países que se considerou terem níveis inaceitáveis de transparência orçamental desde o primeiro inquérito não têm feito reformas. Por exemplo, a Argélia, a Bolívia, o Camboja, o Chade, a China, a Guiné Equatorial, as Fiji, o Iraque, Myanmar, o Qatar, a Arábia Saudita e o Vietname têm estado entre os países menos transparentes (com resultados do IOA de 20 ou inferiores) todos os anos em que participaram no Inquérito.

Os resultados do Inquérito indicam que a maioria dos países fornece atualmente poucas oportunidades ao público para participar nos processos orçamentais. Entre os países inquiridos em 2015, o resultado médio de participação é apenas de 25 em 100. Tal sugere que canais significativos para o público se envolver no processo orçamental formal simplesmente não existem na vasta maioria dos países.

A fiscalização formal realizada pelos poderes legislativos e pelas instituições supremas de auditoria têm um papel fundamental no processo orçamental. Embora a sociedade civil possa agir como vigilante independente, não pode substituir o papel fundamental das instituições públicas de controlo. Nesses termos, o Inquérito sobre o Orçamento Aberto contém igualmente perguntas que fornecem resultados específicos sobre a força de fiscalização por parte dos poderes legislativos e das instituições supremas de auditoria. Em 2015, o resultado médio da força do poder legislativo é de 48 em 100. Apenas 36 países têm um resultado superior a 60, o que sugere que têm força adequada para executarem as suas responsabilidades. Os poderes legislativos nos restantes 66 países, a maioria dos inquiridos, têm graves deficiências na sua capacidade para fiscalizar o orçamento.

As instituições supremas de auditoria têm a tarefa de examinar a utilização de fundos públicos. O resultado médio da força da instituição suprema de auditoria em 2015 é de 65 em 100, indicando que são tipicamente independentes a um nível razoável e têm recursos suficientes para realizar o respetivo trabalho. Ainda assim, 43 países têm um resultado inferior a 60, o que sugere que as respetivas instituições supremas de auditoria são incapazes de executar as responsabilidades que lhes compete.

A concepção do Inquérito sobre o Orçamento Aberto baseia-se na premissa de que sistemas orçamentais eficazes, efetivos e responsáveis assentam em três pilares: transparência orçamental, participação pública no processo orçamental e fiscalização por parte de fortes instituições governamentais formais. A ausência de qualquer uma destas três componentes enfraquece todo o sistema.

Resultados do Inquérito sobre Orçamento Aberto 2015 nos países lusófonos:

País	Índice do Orçamento Aberto (IOA)	Participação	Poder Legislativo	Poder da ISC
Angola	26	12	20	33
Brasil	77	71	80	75
Moçambique	38	2	33	42
Portugal	64	25	70	67
São Tomé e Príncipe	29	4	40	56
Timor-Leste	41	10	45	83

Fonte: www.openbudgetsurvey.org.

Nota: Cabo Verde e Guiné Bissau não fazem parte do Inquérito, mas uma avaliação rápida vai ser feita antes do Seminário.

I. CONTEXTO ESPECÍFICO DO SEMINÁRIO

Os PALOP⁷ e Timor-Leste têm um sistema semelhante de governação com muitas familiaridades (incluindo sistemas semelhantes de administração pública, justiça, gestão das finanças públicas, mercados de trabalho e serviços sociais interligados) e partilham uma forte identidade linguística e cultural, bem como uma longa tradição de contactos e intercâmbios entre si. Isto vale também para as relações entre os PALOP e Timor Leste com Brasil e Portugal.

Na última década, a maioria destes países registou progressos significativos em termos de governação económica, em grande parte devido a um grande conjunto de reformas introduzidas nos sistemas de Gestão das Finanças Públicas (GFP). No entanto, a administração pública continua, no geral, a enfrentar vários desafios institucionais, incluindo fragilidades dos recursos humanos e estruturas organizacionais, resultando em graves deficiências que se têm revelado um obstáculo ao adequado e eficaz controlo financeiro externo e civil das contas e despesas públicas.

O objetivo de promover um controlo mais eficaz sobre as finanças públicas, reforçando os mecanismos de controlo institucionais e civis é alcançável através de uma abordagem comum, assumida pelas lideranças políticas como uma opção importante de política para a cooperação. Esta abordagem baseia-se na promoção de intercâmbios Sul-Sul e oportunidades de aprendizagem entre pares para a troca de experiências. Tal abordagem beneficia da existência de um quadro amplo de referências partilhado pelas respetivas administrações públicas e atores não estatais, apesar das diferenças significativas resultantes das realidades específicas de cada país.

Desde 1995, os Tribunais de Contas dos PALOP, enquanto membros da Organização de Instituições Superiores de Controlo/Auditoria da CPLP, têm vindo a realizar ações de cooperação como cursos e estudos conjuntos, troca de auditores para cursos e estágios e também troca de publicações técnicas, entre outros. A estratégia e as ações de desenvolvimento de capacidades do projeto serão totalmente alinhadas com o plano estratégico da Organização de Instituições Superiores de Auditoria da CPLP para 2011-2016 e, sempre que necessário, acordos de cooperação específicos serão assinados com vista a promover ainda mais as sinergias e troca de experiências. Esta tem sido a tendência no que diz respeito às trocas entre os diferentes parlamentos, não obstante o facto de esses intercâmbios ainda serem incipientes no domínio da fiscalização legislativa orçamental. Já no domínio do escrutínio do Público sobre as Contas e Despesas Públicas, essas trocas e o próprio desenvolvimento institucional é mínimo ou mesmo quase nulo, a exceção dos casos de Timor-Leste e Moçambique.

Portanto, no que diz respeito ao controlo externo, legislativo, jurisdicional e/ou de controlo financeiro e judicial, e ao escrutínio público das Contas e Despesas Públicas, bem como dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) nos PALOP e em Timor-Leste, não obstante as especificidades nacionais e diferentes estádios de desenvolvimento institucional nesses países, podem ser encontradas tendências convergentes. Uma análise preliminar, empírica e com base nos principais relatórios de avaliação e análise dos sistemas de gestão das finanças públicas (SGFP) e do controlo externo das despesas públicas permitiu um conjunto de traços gerais que se destacam de seguida.

Instituições Superiores de Controlo (ISC)

Os Tribunais de Contas (TC) dos PALOP e Timor-Leste são instituições superiores de controlo financeiro com características jurisdicionais e os seus quadros legais baseiam-se essencialmente nos seguintes textos: Constituição da República; lei que estabelece a competência, organização e funcionamento do Tribunal de Contas, bem como o estatuto dos seus juizes. Estas instituições foram recentemente criadas e estão numa fase de consolidação das atividades e métodos para controlar as finanças públicas, assim como a avaliação dos sistemas orçamentais.

Em **Angola**, o TC foi criado em 2001. O seu quadro legislativo é adequado com possibilidades de melhoria para considerar ajustes funcionais e novas competências para controlar as contas públicas de forma mais abrangente. A interação com a 5ª Comissão da Assembleia Nacional (responsável pelas questões económicas e de GFP) existe, mas apenas com impacto funcional limitado. Em termos de transparência e disponibilidade da informação para o público em geral existe espaço para melhorias. O TC desenvolveu um sistema de gestão de TI ligado diretamente ao Orçamento Geral do Estado com o objetivo de maximizar a eficiência para supervisionar as finanças públicas, uma boa prática que poderia eventualmente ser adaptada para uso dos outros países, se fosse caso disso.

Em **Cabo Verde**, o presidente do Tribunal é nomeado pelo Presidente, mediante proposta do Conselho de Ministros. Não obstante os limites do quadro legal, o TCCV tem vindo a melhorar consideravelmente nos últimos anos a sua capacidade de controlo sobre as Contas Públicas. Essa estratégia para melhorar o seu desempenho tem vindo a ser apoiada por um grande grupo de parceiros, incluindo a UE através do apoio orçamental, a França, Portugal e o PNUD. Existem relações de cooperação bilaterais com os TC em Portugal e no Brasil no âmbito da Organização das ISC da CPLP. Um plano estratégico para 2012-2015 vem sendo implementado na base de planos operacionais anuais. Uma revisão prevista do quadro jurídico do TCCV visa aumentar a transparência, as capacidades de controlo e supervisão assim como a divulgação das contas públicas. No entanto, a nova proposta de lei sobre o TCCV continua por aprovar pela Assembleia Nacional. As principais deficiências na realização de um controlo eficaz sobre a ação do governo e as finanças públicas incluem um âmbito de auditoria

⁷ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

limitado em cumprimento com a legislação em vigor, eficácia limitada da auditoria interna devido a falhas de pessoal e organizacionais e necessidade de acesso do TC ao SIGOF (sistema integrado de gestão orçamental e financeira).

Na **Guiné-Bissau**, o funcionamento das instituições públicas tem sido sistematicamente afetado pelas crises político-institucionais e períodos de exceção constitucional. O TCGB sofre de uma grave falta de recursos financeiros e materiais, assim como de falta de pessoal qualificado, o que é um obstáculo para controlar eficazmente as finanças públicas. O plano de ação para a reforma das finanças públicas contempla ações para melhorar a supervisão e a transparência da GFP e, em particular, do funcionamento do TCGB. O TCGB pretende ganhar visibilidade através de ações de sensibilização para a sociedade civil destinadas a promover a participação cívica para alcançar uma maior transparência na gestão dos assuntos públicos. Neste momento, um conjunto de parceiros, dentre os quais a União Europeia (EU), o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), o Banco Mundial (BM) e parceiros bilaterais estão a iniciar quadros robustos de cooperação de curto, médio e longo prazos que visam dotar o TCGB das necessárias capacidades humanas e institucionais para levar a cabo de forma eficaz as suas atribuições.

Em **Moçambique**, o Tribunal Administrativo (TAMAZ) está investido das funções de supervisão e auditoria na sua Terceira Secção. O TAMAZ goza da reputação de ser independente e grandes esforços têm sido feitos para enfrentar o desafio das faltas de meios humanos e materiais, através de programas de formação e capacitação com um enfoque especial, desde 2002, na área da auditoria e análise de contas. O TAMAZ tem canais de comunicação adequados com o grande público. As contas públicas, o Parecer sobre a CGE do TA e os Relatórios de Auditoria são disponibilizados ao Público através dos sítios web do Ministério das Finanças e do TAMAZ. As suas decisões são publicadas no Diário da República, tal como previsto legalmente. Em 2009, o TAMAZ aprovou um plano de comunicação que prevê sanções para aumentar a disseminação dos relatórios pareceres e deliberações do TA. Os principais desafios identificados no médio e longo prazo são: (i) Revisão da posição organizacional (constitucional) e estabelecimento do TAMAZ, (ii) Reforço alargado dos princípios gerais de transparência e acesso público à informação, (iii) Um sistema de apoio de TI em pleno funcionamento para aquisições que imponha controlo interno e melhore a transparência. Em 2011, um novo Plano Estratégico plurianual foi adotado para o TAMAZ, o PLACOR, que se encontra em fase de revisão.

Em 2004, foi criado o TC de **São Tomé e Príncipe**, e grandes esforços têm sido realizados para reforçar as suas funções de auditoria e controlo externos. A incapacidade de produzir regularmente as contas públicas do Estado era um enorme constrangimento a atividade regular e eficaz da instituição, tendo em vista as suas implicações para o controlo e auditoria externas. No entanto, as contas de 2010 foram recentemente produzidas. Fatores externos, incluindo a falta de uma lei de responsabilidade financeira e os poderes da Assembleia Nacional de restringir as funções do TCSTP constituem um obstáculo para a plena independência do TCSTP e desempenho adequado das suas funções de auditoria. Os acordos bilaterais com os TC de Portugal e do Brasil estão em vigor para a realização de programas de formação no âmbito da Organização de ISC da CPLP.

Em **Timor-Leste**, um Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas (TSAFC), tal como exigido pela Constituição, ainda não foi criado, resultando numa auditoria interna fraca e controlo efetivo das finanças públicas. No entanto, enquanto o TSAFC não estiver totalmente estabelecido, a Câmara de Contas funcionará junto ao Tribunal de Recurso com responsabilidade pelo controlo das finanças públicas e jurisdição sobre todos os serviços e organismos do Estado⁸. A Câmara tem vindo a realizar as ações de controlo externo e as auditorias, no quadro da Lei.

Parlamentos

Nos PALOP e Timor-Leste, como na maioria das democracias contemporâneas, os Parlamentos nacionais estão investidos com poderes legislativos, de fiscalização, representação e decisão política. Nos PALOP e em Timor-Leste a resposta das instituições públicas e da sociedade civil é limitada no que diz respeito ao controlo da ação do governo e das finanças públicas no contexto da boa governação económica. Tais limitações resultam, em particular, da ausência de sistemas de informação atualizados, mecanismos de supervisão e mecanismos de análise adequados, bem como de suficiente expertise e know-how.

Em **Angola**, a Assembleia Nacional (NA-ANG) conta com 9 Comissões, sendo a 5ª Comissão Permanente responsável por supervisionar a ação do governo em questões económicas e de GFP. Apesar das melhorias recentes na coordenação entre os ministérios e outras entidades públicas, isto parece insuficiente. Os intercâmbios com o TCANG e com as organizações da sociedade civil e Público, em geral, continuam muito limitadas e devem ser reforçados. No quadro da CPLP, a NA-ANG tem vindo a estabelecer acordos de cooperação com alguns Parlamentos, no entanto, estão em falta uma abordagem sistemática e uma frequência/regularidade desejável na implementação destas atividades de fiscalização. O acesso ao orçamento continua a ser limitado.

Em **Cabo Verde**, a Assembleia Nacional (NA-CV) funciona através de uma Comissão permanente e sete Comissões especializadas. A segunda Comissão Especializada de Finanças e Orçamento tem a seu cargo a supervisão da GFP. Algumas falhas para um desempenho eficiente incluem a falta de pessoal de apoio, o conhecimento técnico especializado limitado e uma fraca interação com o TCCV e com as organizações da sociedade civil e público. A discussão sobre a conveniência de duas reformas legais se prolonga há muito tempo, nomeadamente, a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental e o quadro legal do TC para atualizar o

⁸Lei Nº 9/2011 de 17 de agosto. Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas.

mandato e as funções do TC. Um investimento substancial tem sido feito no desenvolvimento do setor das TIC. Existem ferramentas de e-governança no Ministério das Finanças, tais como SIGOF ou SIM (sistema para gerir a autoridade municipal) que são importantes para supervisionar e gerir os dados financeiros. No entanto, estes não se encontram disponíveis para o Parlamento. Não existem interações técnicas com outros Parlamentos nos PALOP-TL, apesar de um interesse manifestado em Cabo Verde de levar a cabo avaliações pelos pares e extrapolar a boa prática para outros Parlamentos que demonstraram interesse no funcionamento desta instituição em Cabo Verde, como é o caso de Moçambique.

Na **Guiné-Bissau**, a *Assembleia Nacional Popular* (ANP-GB) conta com nove comissões permanentes especializadas estando a Comissão de Economia, Finanças, Planeamento, Comércio e Indústria encarregue de supervisionar a GFP e as questões económicas. No entanto, existe uma redução da capacidade do Parlamento de supervisionar a ação governamental e a despesa pública, principalmente devido à escassez de pessoal qualificado; ao uso limitado de ferramentas de gestão de TI, apesar dos esforços para estabelecer ferramentas SIGOF; à coordenação institucional fraca e escassa interação técnica com o TCGB e com as organizações da sociedade civil e o público.

Em **Moçambique**, o Plano Estratégico da *Assembleia da República* 2013-2022 inclui entre as suas cinco prioridades estratégicas a função de supervisão da Assembleia Nacional sobre a ação do governo. A Comissão de Planeamento e Orçamento (CPO), responsável pelas questões de GFP, desempenha um papel central de supervisão ao longo de todo o ciclo orçamental. Os principais desafios identificados incluem a insuficiente interação entre a Assembleia da República e a sociedade civil; deficientes mecanismos de transparência e prestação de contas implementados; sistemas de apoio e de dados ainda não plenamente desenvolvidos; poucos conhecimentos técnicos institucionais; e limitada qualidade e abrangência das contas públicas do Estado, o que dificulta o cumprimento das Normas IPSAS.

Em **São Tomé & Príncipe**, a Assembleia Nacional (AN-STP) conta com cinco Comissões, sendo a segunda Comissão Permanente a responsável pela supervisão das finanças públicas e assuntos económicos. Contudo, o desempenho desta Comissão é bastante limitado devido a consideráveis restrições, incluindo a dificuldade do Governo em publicar regularmente as contas públicas do Estado; a não-conformidade com o calendário do ciclo orçamental; a divulgação prematura por parte do Governo de relatórios de execução orçamental e uma falta de *expertise* e *know-how* no âmbito da Comissão. Recentemente, o governo tem vindo a testar, com a assistência técnica do FMI, um sistema eletrónico para o sistema de administração financeira do governo (SAFE-e) que, pela primeira vez, permitiu ao Governo apresentar as contas gerais à Assembleia Nacional e ao TC em 2013. A responsabilização do Estado é muito limitada. De acordo com a lei SAFE⁹, o relatório do TCSTP sobre as contas públicas do Estado é a única obrigação do governo perante a AN-STP. A transparência orçamental foi reforçada com a publicação no *website* do Ministério das Finanças de leis de finanças e os relatórios de execução trimestrais, incluindo os relatórios regulares sobre os gastos «pró-pobre» com a integração de códigos orçamentais específicos. Contudo, a execução orçamental e os relatórios de supervisão, baseados no sistema SAFINHO, não foram publicados no Diário da República tal como previsto na lei SAFE.

Em **Timor-Leste**, as comissões parlamentares têm uma grande falta de pessoal qualificado o que dificulta tanto a iniciativa legislativa como a capacidade de supervisão. A capacidade técnica dos Deputados é fraca e os conhecimentos jurídicos, económicos ou específicos são, em regra, disponibilizados por conselheiros internacionais. Não obstante, o Parlamento Nacional (PN-TL) tem vindo a capacitar-se progressivamente nos últimos anos. Dando particular atenção para a capacidade de fiscalizar as contas do executivo e as despesas públicas.

Sociedade Civil (OSC)

De acordo com o Índice do Orçamento Aberto (IOA) de 2015¹⁰, em **Angola** e **São Tomé & Príncipe** existe informação mínima disponibilizada ao público em documentos orçamentais durante o ano. A pontuação de Angola (26 em 100) é a mais baixa entre os países de língua portuguesa em termos de transparência do orçamento do Estado, logo atrás de São Tomé e Príncipe com 29. Em **Angola**, há dois anos, a NA-ANG e as comissões especializadas introduziram consultas públicas sobre o Orçamento Geral do Estado. Os contributos das Organizações da Sociedade Civil (OSC) em termos de análise do Orçamento do Estado e das contas públicas (tais como os fornecidos pela ADRA: Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) são tidos em consideração no âmbito do processo parlamentar de aprovação do orçamento. No entanto, estas são experiências incipientes e limitadas devido à escassa divulgação e discussão pública das contas públicas e da indisponibilidade de relatórios de execução orçamental. Em São Tomé e Príncipe, como resultado do exercício do IOA, testou-se uma metodologia participativa com a participação piloto de algumas OSC.

Em **Cabo Verde**, existe pouco ou nenhum envolvimento das OSC no seguimento ou escrutínio das políticas relacionadas com o orçamento – ou mesmo do envolvimento do público nos processos orçamentais ou de escrutínio das contas e despesas públicas. O governo facilita a discussão sobre o Orçamento Geral do Estado no Conselho de Concertação Social, onde as instituições não-governamentais que são convidadas a participar incluem sindicatos, associações patronais, entidades privadas, etc., ao passo que o Parlamento não dispõe de mecanismos disponíveis para interagir com a sociedade civil. Em termos de transparência, o grande público pode

⁹2007 Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Governo.

¹⁰O IOA deveria ser revisto e os resultados serão publicados a 09.09.2015 - <http://internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/country-info/?country=ao>.

ter acesso às informações através dos sítios web do TCCV e do Ministério das Finanças.

Na **Guiné-Bissau**, a sociedade civil está longe de estar envolvida em discussões sobre questões orçamentais/GFP. A condição prévia para o seu envolvimento seria, no entanto, dispor da informação necessária, o que não se cumpre por enquanto.

Em **Moçambique**, as OSC estão cada vez mais envolvidas em questões técnicas de GFP e têm vindo a organizar-se cada vez melhor em torno da análise do orçamento, aquisições e corrupção, e, recentemente, na extração de recursos naturais. Uma maior interação das OSC nas políticas relacionadas com o orçamento tem vindo a ser fomentada pelo Fórum de Monitorização do OGE, uma plataforma de cerca de 30 organizações da sociedade civil incluindo a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) e o Centro da Integridade Pública (CIP) que trabalham em questões de GFP. No que diz respeito à transparência, a pontuação de Moçambique no IOA tem oscilado bastante. Depois da melhoria registada entre 2010 e 2012 – quando a pontuação chegou a 48 de 100 – em 2015 o desempenho de Moçambique baixou para 39. Apesar da disponibilidade de vários documentos on-line, incluindo um «orçamento do cidadão» publicado desde 2013, no último inquérito documentos importantes como a Conta Geral do Estado só foram publicados com muito atraso, limitando o nível de transparência orçamental.

Em **Timor-Leste**, o Parlamento Nacional (PN-TL) interage com a sociedade civil através de audições públicas, reclamações individuais e visitas no terreno. Os debates parlamentares no plenário sobre o orçamento são abertos com cobertura de rádio e de televisão ao vivo e as OSC estão autorizadas a participar nas discussões das Comissões. Em 2013, o PN-TL criou uma «Comissão *ad hoc* para Compilar e Analisar Propostas Consensuais de Alteração à Proposta de Orçamento do Estado». Pode dizer-se que em Timor-Leste, mais ainda do que em Moçambique, o envolvimento público tem vindo a melhorar significativamente com as OSC cada vez mais envolvidas em questões técnicas de GFP e têm vindo a organizar-se cada vez melhor em torno da análise do orçamento, aquisições e corrupção, e, recentemente, na extração de recursos naturais.

Em termos gerais, as limitações no contexto PALOP e Timor-Leste podem ser resumidas da seguinte forma:

- ✓ Conhecimento técnico insuficiente dos funcionários dos parlamentos e TC;
- ✓ Sistemas Integrados de Gestão sobre as finanças públicas com lacunas ou inexistentes nos parlamentos e nos TC¹¹;
- ✓ Poucas interações técnicas entre o parlamento do país e o TC;
- ✓ Insuficientes intercâmbios técnicos entre os parlamentos dos PALOP e de Timor-Leste sobre estas matérias, assim como a falta de intercâmbio técnico entre os TC dos PALOP e de Timor-Leste;
- ✓ Websites desatualizados e/ou baixa interatividade;
- ✓ Mecanismos insuficientes para garantir a transparência pública do orçamento e envolvimento limitado de OSC nas políticas de GFP e orçamento.

Em todos esses países, os meios de comunicação informam sobre as questões orçamentais embora existam algumas restrições não oficiais relativamente a algumas delas. O acesso dos meios de comunicação à informação relevante é limitado e existem algumas restrições em termos da capacidade técnica dos jornalistas quando se trata de analisar estas questões em detalhe.

II. ENFOQUE DO SEMINÁRIO

Avaliar a transparência orçamental permite fornecer uma melhor compreensão do estado factual da transparência e da prestação de contas. Ou seja, permite medir a acessibilidade, a publicidade, regularidade e abrangência dos documentos orçamentais. Dentre esses documentos, de acordo com a terminologia utilizada pela *International Budget Partnership*, destacam-se a Declaração Pré-Orçamentária, a Proposta de Orçamento do Executivo, o Orçamento Promulgado, os Relatórios durante o Ano (Contas Provisórias Mensais ou Trimestrais), a Revisão Semestral, o Relatório de Fim de Ano (Conta Geral ou Conta Geral de Estado) e Relatório de Auditoria (Parecer sobre a Conta Geral de Estado do Tribunal de Contas). Existe mais um documento orçamental, o Orçamento do Cidadão, que consiste na simplificação de um dos documentos orçamentais acima referidos, mais frequentemente, do Orçamento Promulgado.

Por seu turno, medir a capacidade de controlo externo, quer o legislativo (exercido pelas legislaturas – Parlamentos), quer o jurisdicional (exercido pelas Instituições Supremas de Auditoria ou Superiores de Controlo – Tribunais de Contas), permite por um lado obter uma avaliação mais exata e abrangente do papel dos órgãos legislativos durante o processo orçamental, bem como da eficácia do seu controlo sobre as políticas governamentais e, por outro lado, medir a autonomia, meios e capacidade de realização de auditorias financeiras anuais pelas ISC para avaliar o executivo na implementação do orçamento em linha com as diretivas legislativas.

Por fim, medir a participação e envolvimento do público no processo orçamental, incluindo a fase de auditoria,

¹¹Situação muito variável dependendo do país. No caso de Cabo Verde, o SIGOV é conhecido como uma «boa prática».

permite avaliar as oportunidades reais para a sociedade civil e cidadãos participarem ativamente na tomada de decisões orçamentais e de fiscalização independente, institucionalizada e forte da transparência orçamental e prestação de contas. Portanto, permite medir a as interações da sociedade civil e cidadãos com o Executivo, com as ISC e com os Parlamentos na realização dos respetivos mandatos.

Qualquer que seja a performance e nível de desenvolvimento da ISC, do Parlamento e da Sociedade Civil, uma limitada transparência orçamental indicia fraco impacto das realizações dessas instituições para o cidadão em matéria de controlo externo das FP. Por outro lado, a maioria dos países proporciona atualmente poucas oportunidades para o engajamento do público no processo orçamental que deve ter uma base jurídica.

A transparência orçamental não é suficiente para levar à prestação de contas, ela tem de ser acompanhada por oportunidades significativas para a sociedade e os cidadãos de participarem ativamente na tomada de decisões orçamentais e por uma fiscalização independente institucionalizada e forte. Não obstante, cidadãos informados e ativos não substituem o papel formal das instituições de controlo, Parlamentos e Instituições Superiores de Controlo. Os órgãos legislativos desempenham um papel crítico na gestão das finanças públicas, aprovando o orçamento nacional e fiscalizando a sua execução pelo executivo. Uma melhor fiscalização legislativa reforça a transparência e responsabilização dos governos.

Os *standards* para fiscalização legislativa são similares aos aplicados para avaliar a execução das políticas: legalidade, eficácia, legitimidade. O Controlo Legislativo inclui o envolvimento os órgãos legislativos no processo orçamental ainda antes da apresentação da proposta de orçamento do executivo e até à fase de auditoria – Parecer sobre a Conta Geral. Esse controlo pressupõe ainda, entre outros: o acesso à capacidade analítica e de pesquisa, a existência de poderes para fazer alterações e o tempo que tem para discutir antes de aprovar a proposta de orçamento, a existência de poderes para fazer alterações durante a implementação do orçamento.

Por outro lado, as ISC devem ser Independentes do executivo para poderem examinar de forma independente a utilização dos fundos públicos. Para além do seu papel jurisdicional e/ou de controlo financeiro ancorado nos diferentes tipos de auditoria realizados (conformidade, financeira e desempenho), espera-se das ISC, uma opinião profunda, embora meramente técnica sobre as Contas Públicas, por via da emissão do Parecer sobre a Conta Geral (PCGE), instrumento que facilite o legislativo na avaliação do orçamento implementado pelo executivo, respeitando o quadro das diretivas legislativas. Tais relatórios contemplam recomendações que quando encaminhados aos órgãos legislativos, por sua vez, servem de base para responsabilizar o executivo.

As avaliações globais positivas da fiscalização pelos órgãos legislativos escondem deficiências significativas, tais como a falta de tempo e de expertise para revisão prévia aturada da proposta orçamental, antes da sua aprovação; a dificuldade de seguimento do orçamento promulgado; entre outros. Países com órgãos legislativos fracos, com ISC fracas ou com participação pública limitada têm uma maior tendência a ter uma baixa transparência orçamental o que leva a que todos os aspetos da governação orçamental e económica são deficientes.

Dentre os maiores desafios constatados pelas pesquisas internacionais, destacam-se na contextualização do seminário os seguintes:

- ✓ Mais de 2/3 dos governos publicam 5 dos documentos orçamentais (Proposta de Orçamento do Executivo, Orçamento Promulgado, Relatórios de Despesa durante o Ano, Relatórios de Despesa de Fim de Ano – Conta Geral de estado – e Relatórios de Auditoria – Parecer sobre a Conta Geral do Estado).
- ✓ Uma grande parte dos governos que não publicam esses documentos, produzem os documentos apenas para uso interno. Dentre os documentos normalmente publicados, geralmente contêm apenas algumas informações.
- ✓ A grande maioria dos governos tende a não fornecer informações pormenorizadas sobre fundos extra-orçamentais na Proposta de Orçamento do Executivo. A utilização desses fundos pode ocultar uma parte considerável da despesa pública (recursos naturais e segurança social). A situação é pior nas fases de implementação e de auditoria, com a CGE e o PGCE a não apresentarem qualquer informação sobre esses fundos.

Algumas tendências globais podem ser destacadas e merecem a devida atenção no quadro do seminário:

- Existe uma relação evidente entre a transparência orçamental e a democracia. Países mais democráticos tendem a ser mais transparentes.
- Um sistema político democrático é um factor significativo que apoia a transparência orçamental de 2 formas, nomeadamente, por via de eleições (incentivo para fornecer ao público mais informação relevante) e da concorrência política no seio de órgãos legislativos.
- Existe uma correlação negativa entre a transparência orçamental e a dependência de receitas de petróleo e gás. Essa correlação é influenciada pela força das instituições democráticas, ou seja, o impacto é menos significativo nos regimes mais democráticos.

A participação pública no processo orçamental deve ocorrer ao longo do processo orçamental, em todas as 4 fases do ciclo orçamental. Ela deve ocorrer em todas as partes do governo, complementando e apoiando os papéis dos órgãos legislativos e das ISC no controlo orçamental, bem como do executivo na formulação e

execução orçamentais, bem como ter uma base jurídica, devendo o governo ser obrigado pela lei ou por políticas públicas a envolver o público durante a tomada de decisões orçamentais sem discriminações.

O envolvimento do público no processo orçamental deve ser precedido de uma ampla difusão da sua finalidade, devendo o governo, a ISC ou o Parlamento especificar claramente o âmbito da consulta. Esse envolvimento deve ser estruturado e sistematizado por via de múltiplos mecanismos/instrumentos que promovem a participação, entre outros fóruns apropriados em diferentes alturas para obter opiniões do público que devem ser seguidos de feedback ao público relativamente às suas opiniões, devendo o governo/ISC/Parlamento publicar relatórios que apresentem as opiniões recebidas e expliquem a forma como foram usadas.

Continuam a ser muito poucos os países em que são oferecidas oportunidades ao público para testemunharem durante audiências legislativas sobre o enquadramento macroeconómico e fiscal apresentado no orçamento. No mesmo sentido, continuam a ser poucos os países em que as ISC criaram mecanismos de envolvimento do público na formulação dos seus programas de auditoria (identificando as agências, programas ou projetos a serem auditados) ou na realização de investigações de auditoria (enquanto entrevistados, testemunhas, etc.) ou ainda de comunicação com o público sobre os relatórios.

Os estudos e exercícios de avaliação permitiram destacar um conjunto de boas práticas para o envolvimento público no processo orçamental. Dentre as boas práticas para a participação da sociedade civil no processo orçamental, destacam-se, entre outros:

- A realização de fóruns pós-orçamentais onde os principais grupos de discussão podem apresentar as suas perspetivas sobre o orçamento, permitindo ao público telefonar ou enviar mensagens de texto para o Ministério das Finanças e partilhando essa informação nas redes sociais.
- A organização de campanhas de recolha de informações por pesquisas a clientes, consultas públicas, antes dos governos publicarem declarações e regras, links no website da administração fiscal («consulta pública», «opinião»), reporte anónimo de evasão fiscal e queixas.

Dentre as boas práticas para a participação da sociedade civil no processo no processo de fiscalização legislativa orçamental, destacam-se, entre outros:

- A realização de audiências públicas no Parlamento em que são ouvidos testemunhos de economistas, associações de comércio, sindicatos, federações de entidades patronais e associações de funcionários públicos.
- A realização de comissões especiais/especializadas parlamentares com a participação do público para discutir e analisar o orçamento, discutir pressupostos e previsões macroeconómicas, impostos e despesas.

Dentre as boas práticas para a participação da sociedade civil no processo de controlo externo e auditoria realizado pelas ISC, destacam-se, entre outros:

- ❖ Realização de reuniões consultivas junto do público e pesquisas para compreender melhor as prioridades públicas para novas auditorias.
- ❖ Realização de programas radio e televisivos, media impressos e revistas institucionais são usados como canais de divulgação das conclusões principais das auditorias.
- ❖ Implementação de sistemas de «alerta de fraude» abrangentes e acessíveis através do website das ISC com resumo anual de queixas de fraude recebidas pelas ISC indicando as agências envolvidas, os assuntos das alegações, as datas de receção das queixas e as medidas tomadas pelas ISC.
- ❖ Realização de workshops dados pelas ISC para informar as ONGs e consciencializar o público sobre o processo de auditoria do orçamento.
- ❖ Envolvimento das OSC com os colaboradores das ISC para redigem em conjunto nos planos de atividades das ISC os assuntos das auditorias, sendo a sociedade civil é depois chamada a acompanhar as recomendações salientadas na auditoria.

Este será o enfoque do seminário que deve decorrer entre os dias 02 e 05 de Novembro de 2015, em São Tomé e Príncipe, reunindo representantes das OSC, dos Parlamentos, das ISC e dos Ministérios das Finanças dos PALOP e de Timor-Leste, Brasil e Portugal, para discutirem em profundidade, de forma comparada e com base na troca de experiências, a importância do envolvimento adequado do público no processo orçamental, incluindo na fiscalização legislativa orçamental e a auditoria anual da ISC às Contas Públicas (quer seja no âmbito do julgamento das contas de gerência ou do PCGE).

O Seminário será coorganizado e cofinanciado pela [International Budget Partnership](http://internationalbudget.org/who-we-are/)¹² e pelo [Pro PALOP-TL ISC](http://www.propaloptl-sai.org/index.php/pt/)¹³, um projeto inteiramente financiado pela União Europeia e diretamente administrado pelo PNUD. A Agenda do seminário foi desenvolvida na base de registros e experiências recentes no domínio da transparência orçamental e do controlo externo das finanças e contas públicas, bem como do envolvimento e escrutínio do público das despesas públicas.

¹² <http://internationalbudget.org/who-we-are/>.

¹³ <http://www.propaloptl-sai.org/index.php/pt/>.

O Seminário utilizará como principal base de referência os dados mais recentes do Inquérito sobre Orçamento Aberto publicado pelo IBP em setembro de 2015 para cada um dos países que realizou o exercício, assim como parte da informação recolhida a partir das missões de formulação dos Planos de Trabalho Anuais (PTA) realizadas no quadro do Pro PALOP-TL ISC, realizadas entre Janeiro e Novembro de 2014 em todos os PALOP e Timor-Leste. As bases de referência do seminário incluem ainda informação relevante de exercícios de [Avaliação da Despesa Pública e Responsabilização Financeira \(PEFA\)](#)¹⁴, indicadores relacionados com a credibilidade do orçamento, abrangência do orçamento, transparência do orçamento, análise da legislação, controlo externo e auditoria, participação do público nos processos orçamentários, nesses países, entre outras fontes relevantes.

Com base em alguns destes dados, um conjunto de tendências em termos de necessidades e deficiências foram identificadas num perfil compilado de países.

Perfil de País – Snapshot¹⁵

No caso específico de **Cabo Verde** é importante notar que o país nunca teve um exercício de Inquérito Orçamento Aberto (OBS/IOA) e portanto essas linhas de base não podem ser utilizadas em uma verificação documental. A missão para a formulação do PTA personalizou a OBS/IOA utilizando as secções relacionadas com o controle externo e transparência do orçamento em sessões de trabalho com o Tribunal de Contas (TC), Parlamento e MF. A missão também utilizou os resultados do PEFAP/PEFA 2012, além dos Indicadores de Governança do Banco Mundial (WBG) e do Relatório de Governança para África (RGAI/AGRII) da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), para complementar um *snapshot* do perfil de país.

Cabo Verde tem um Tribunal independente de auditores. A comissão parlamentar competente para a fiscalização do orçamento é a Comissão de Planeamento e Orçamento (CPO) e não existem gabinetes especializados específicos ou unidades responsáveis pelo orçamento e análise de despesas. Não existe uma Sociedade Civil organizada envolvida na supervisão do processo orçamental ou que colabore com o Parlamento com vista a melhorar a fiscalização legislativa, análise e informação sobre as despesas e orçamento.

Apesar de uma forte credibilidade do orçamento, abrangência, transparência e controlo externo em Cabo Verde, a missão de formulação dos PTA do Pro PALOP-TL ISC pôde identificar certos desafios persistentes (Relatório PEFA 2012). Informações mais detalhadas sobre o perfil do país serão fornecidas aos delegados como parte da documentação de apoio ao seminário.

Destacam-se os seguintes desafios:

Controlo Externo, Escrutínio e Auditoria

1. O enquadramento legal está a ser revisto a fim de alinhar as atribuições e competências da ISC/EFS com as melhores práticas e Normas Internacionais de Auditoria (ISSAI).
2. O controlo externo e fiscalização do processo orçamental permanecem aos pontos mais fracos dentro do Sistema de Gestão das Finanças Públicas.
3. A capacidade de auditoria externa permanece fraca, particularmente no que diz respeito às entidades públicas locais (municípios).
4. A apresentação tardia dos relatórios de fim de ano por parte do executivo (mais de 2 anos) está a afectar o prazo da apresentação do relatório de auditoria da ISC/EFS.
5. O relatório de auditoria é distribuído amplamente e de forma proactiva, porém a ISC/EFS não produz um resumo *user-friendly* do relatório.
6. O executivo estabelece o orçamento da ISC/EFS mas os fundos não são suficientes para permitir às ISC/EFS realizar uma agenda de auditorias mais ambiciosa. Adicionalmente, o quadro jurídico não é suficientemente claro no que diz respeito ao âmbito das auditorias da ISC/EFS.

Tanto as instituições como o contexto de Cabo Verde permitem uma boa governação financeira. Nos últimos anos o TC tem vindo a melhorar consideravelmente a sua performance e eficiência devido a um apoio e assistência técnica consistente por parte dos parceiros de desenvolvimento, em especial do PNUD e da UE, mas também devido a cooperação bilateral com TC de Portugal e do Brasil. Normalmente o Parlamento de Cabo Verde não tem muita assistência de outros parceiros, particularmente no domínio da fiscalização do orçamento. O envolvimento do público em processos de orçamento, controlo externo e escrutínio legislativo é muito limitado e quase inexistente em Cabo Verde.

No caso da **Guiné-Bissau** a análise documental incluiu a análise do PEFA 2009 e 2014 (o esboço final de 2014 é aceite por todas as partes e inclui todos os comentários e contribuições), além dos Indicadores do Banco Mundial para a Governança (WBG) e o Relatório sobre a Governança em África da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA AGRII). Durante a análise documental não foi possível usar como informação de base

¹⁴ <http://www.pefa.org/en>.

¹⁵ O diagnóstico de Angola está em curso.

os relatórios OBP sobre transparência orçamentária da Guiné-Bissau, controlo externo e participação do público. Isto devido ao facto de que assim como Cabo Verde, a Guiné-Bissau não está entre os países onde o OBS tenha sido realizado. No entanto este exercício foi parcialmente realizado durante a missão de formulação permitindo aos beneficiários do Projeto concluir o inquérito com a assistência técnica da missão.

Como se sabe, posteriormente à interrupção da ordem constitucional em 2012 e às subsequentes sanções internacionais para com as autoridades de transição na Guiné-Bissau, as Eleições Gerais de Abril de 2014 foram organizados em conformidade com as normas internacionais. A missão de formulação do Pro PALOP-TL ISC foi organizada na sequência da normalização da ordem constitucional e das relações com os seus parceiros internacionais por parte das autoridades políticas recém-eleitas na Guiné Bissau.

A avaliação da missão de formulação dos PTA do Pro PALOP-TL ISC confirmou as seguintes insuficiências evidenciadas pelo PEFA 2014 em matéria de transparência do orçamento, controlo externo e participação dos cidadãos no processo orçamentário na Guiné Bissau. Esta avaliação inclui informação recolhida através da realização de partes relevantes das OBS durante a formulação dos PTA.

Controlo Externo, Escrutínio e Auditoria:

1. O quadro legal que define a independência do TC, independência financeira e capacidade de remover a direção da ISC/EFS, devem ser alinhados com as normas internacionais.
2. Tanto o controle externo do Tribunal de Contas como a análise legislativa por parte do Parlamento são muito fracos.
3. O TC jamais preparou um relatório de auditoria (Parecer) sobre o relatório de fim de ano do executivo (CGE), o que esta a prejudicar seriamente a publicidade e acessibilidade dos relatórios finais do executivo (CGE) de 2009 e 2010, considerados até ao momento como não sendo públicos.
4. O TC nunca apresentou ao legislativo nenhum dos seus relatórios de auditoria (a instituições públicas) e estas auditorias cobrem menos de 50% dos gastos públicos do executivo.
5. A fiscalização legislativa do orçamento é considerada muito limitada, independentemente da capacidade teórica do parlamento para discutir e supervisionar a política fiscal do executivo e respetiva informação acerca das despesas.
6. A coordenação entre o Parlamento e o Tribunal de Contas e de outras instituições de controlo financeiro (por exemplo, Inspeção Geral das Finanças, IGF), incluindo a partilha de informação e acesso aos relatórios, é inexistente.

No caso de **Moçambique**, é importante salientar que as linhas de base não estavam atualizadas, já que os resultados disponíveis do OBS são referentes ao período decorrente entre 2010 e Dezembro 2011 (um OBS estava a decorrer em 2014 mas a esta data os resultados não foram publicados), e o relatório da PEFA disponível é referente ao período 2007-2010 (uma parte de 2010) – acaba de ser finalizado o exercício PEFA 2015¹⁶, mas ainda não esta acessível ao público. Desde então progressos consideráveis foram feitos em Moçambique e as linhas de base já não são as mesmas. A avaliação complementar levada a cabo durante a missão de formulação dos PTAs do Pro PALOP-TL ISC permitiu aperfeiçoar as linhas de base do contexto evolutivo de Moçambique.

Em linhas gerais, desde 2006 que Moçambique tem vindo a registar um progresso significativo em relação a transparência orçamental e controlo externo. Em relação ao envolvimento do público no processo orçamental (incluindo auditoria), o progresso tem sido mais lento e com consideráveis problemas detetados.

Em Moçambique, existe um Tribunal Administrativo e não um Tribunal de Contas que trate “exclusivamente” de controlo das contas públicas. As atribuições do Tribunal de Contas são capturadas pela 3ª secção do Tribunal Administrativo. A comissão parlamentar responsável pela fiscalização do orçamento é a Comissão de Planeamento e Orçamento (CPO) e não há gabinetes específicos ou unidades responsáveis pelo orçamento e análise de despesas. A Sociedade Civil é organizada e muito envolvida no controlo de processo orçamental, apoiando também a CPO com análises e informação sobre as despesas e orçamento. Apesar do progresso, a avaliação da missão de formulação dos PTA do Pro PALOP-TL ISC identificou os seguintes desafios:

Controlo Externo, Escrutínio e Auditoria:

1. É necessária informação mais abrangente e apurada no desempenho financeiro das instituições e programas a fim de aumentar a responsabilidade.
2. Tendo em vista a descentralização legal e eficaz das Instituições Superiores de Controlo, presentemente existentes a nível provincial, há um desafio considerável para apoiar e reforçar estes tribunais a nível provincial, bem como para promover a coordenação institucional e evitar a sobreposição de atribuições e âmbitos de trabalho num contexto legal de independência/interdependência institucional descentralizada.
3. A coordenação com outras instituições de controlo financeiro (e.g. Inspeção Geral das Finanças, IGF),

¹⁶ [http://www.pefa.org/en/assessment_results?field_region_value\[\]=SSA&country_value\[\]=MZ&tid\[\]=302](http://www.pefa.org/en/assessment_results?field_region_value[]=SSA&country_value[]=MZ&tid[]=302).

incluindo a partilha de informação e acesso a relatórios, precisa de ser reforçada.

4. Os processos de auditoria (incluindo decisão judicial - Julgamento das Contas) devem ser acelerados para melhor servir o ciclo orçamental.
5. Necessidade de melhorar o acesso e envolvimento do público no controlo externo das atividades do Tribunal de Contas.
6. O Tribunal de Contas deve desenvolver um sistema para registrar as recomendações do relatório de auditoria do Tribunal de Contas e monitorizar o seu grau de implementação por parte do Executivo e empresas públicas.

Em 2015 foi realizada em Moçambique uma avaliação de capacidades na base do instrumento SAI-PMF e as informações recolhidas pela missão de formulação do Pro PALOP-TL ISC poderão ser atualizadas nessa base.

Em **São Tomé e Príncipe**, a missão foi precedida por uma análise documental usando o relatório do PEFA 2013 e os resultados do estudo de 2012 do Inquérito sobre o Orçamento Aberto. As conclusões de ambos os relatórios estão de alguma forma em linha com as conclusões da missão em matéria de controlo externo e de controlo parlamentar/civil das finanças públicas, contas e despesas.

As conclusões da avaliação da missão de formulação dos PTA do Pro PALOP-TL ISC confirmam as conclusões apresentadas na análise documental e estão resumidas da seguinte forma:

1. Os funcionários do Tribunal de Contas (TC) precisam de treino em áreas e técnicas de auditoria concomitante específicas.
2. Há uma nova proposta para melhorar o quadro jurídico e introduzir algumas das ISSAI. As principais partes interessadas precisam estar cientes das mudanças e do seu impacto.
3. A utilização das TIC no trabalho do TC é muito limitada ou inexistente. A introdução de tais sistemas de gestão iria contribuir para uma melhoria do trabalho do TC e da sua eficiência.
4. A divulgação e comunicação do TC precisa de ser dinamizada. O público não tem praticamente nenhum envolvimento no trabalho e planeamento das ações do TC.
5. O sistema GFP do MF normalmente enfrenta desafios que apresentam um impacto negativo na sua capacidade de produzir relatórios financeiros de meados e fim de ano. O MF necessita de apoio para obter adesão ao sistema de GFP e produzir de forma sustentável a informação fiscal necessária para o controlo externo. O processo orçamental, em especial o relatório, deve tornar-se mais transparente, sobretudo no que diz respeito aos relatórios financeiros (de meados e fim do ano).
6. A supervisão parlamentar do processo orçamental é fraca e muito limitada.
7. As comissões permanentes do parlamento necessitam de formação para supervisionar de forma mais eficiente a crescente disparidade e variação entre os orçamentos aprovados e orçamentos efetivamente implementadas.
8. Existe uma clara necessidade de completar o Projeto de introdução contínua das TIC no trabalho do parlamento. As bases de dados e sistemas de gestão contribuirão para o aumento da transparência e responsabilidade do Parlamento.
9. A consciência de género nas políticas e fiscalização dos gastos é inexistente e poderia tornar-se uma forma importante de generalizar a igualdade e equidade entre os sexos. As comissões permanentes e redes parlamentares de género serão treinadas para realizar orçamentos e análise de despesas com base no género.
10. Não existem normalmente Projetos ou ações que envolvam a sociedade civil na área de controlo externo e fiscalização das despesas públicas.

Em **Timor-Leste** a avaliação da missão de formulação dos PTA do Pro PALOP-TL ISC foi precedida por uma análise documental usando o relatório do PEFA 2010 e os resultados do estudo de 2012 do Inquérito sobre o Orçamento Aberto, assim como relatórios narrativos do progresso dos Projetos de fortalecimento parlamentar do PNUD. As conclusões do PEFA 2010 e do OBS 2012 não estão atualizadas e não refletem o contexto atual do país. Foram tomadas medidas positivas entre 2010-2012 que levaram a melhorias em um número de áreas importantes, no entanto existem pontos fracos importantes em sistemas e processos do GFP, os quais permaneceram inalterados ou pioraram. Desde a produção destes relatórios foram feitos progressos consideráveis, em particular:

Controlo Externo, Escrutínio e Auditoria:

1. O Parlamento Nacional tem vindo a melhorar o processo de escrutínio de propostas orçamentais e declarações financeiras anuais e tem vindo a desenvolver uma crescente compreensão institucional do trabalho que é necessário realizar. Há no entanto falhas e lapsos consideráveis em termos de capacidades as quais restringem a eficácia do escrutínio parlamentar. A discussão do orçamento parlamentar melhorou consideravelmente mas o envolvimento do público diminuiu.

2. Na ausência de uma Instituição Superior de Controle o papel primordial do auditor externo tem sido rotineiramente contratado pelo GTL a uma empresa de auditoria externa. A promulgação da Lei na Câmara de Contas (CC) em 2011 marcou a criação formal do quadro institucional para a auditoria externa pública, embora com um mandato interino. Este é o primeiro passo na direção do estabelecimento de um processo de auditoria externa pública, conforme prescrito na Constituição e na legislação, e em conformidade com as normas da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (INTOSAI). Haverá também a necessidade de um considerável desenvolvimento e reforço da capacidade humana e organizacional durante os próximos anos.
3. No entanto, a Câmara de Contas desde então tem vindo a produzir o Relatório de Auditoria dentro dos prazos, entre outras auditorias temáticas que tem vindo a realizar.

Os resultados da avaliação da missão de formulação dos PTAs do Pro PALOP-TL ISC são descritos a seguir:

1. Nos últimos anos Timor-Leste tem vindo a ser alvo de enormes investimentos públicos que envolvem grandes fluxos de investimento financeiro. Os funcionários da CC necessitam de formação em áreas específicas para lidar com estes novos programas e fazer a transição de uma abordagem que se foca no ponto de vista legal para uma abordagem que avalia a relação qualidade-preço na área de auditoria externa.
2. A CC terá de ser equipada melhor para garantir uma auditoria eficiente das contas executivas através do sistema *FreeBalance*. Isto significa que os auditores e os juizes precisam de se familiarizar com técnicas de auditoria em sistemas de contabilidade informática. Por outro lado as sinergias entre os procedimentos de auditoria e o sistema precisam ser estimuladas e os auditores da CC precisam de receber formação em sistemas de contabilidade como NICSP e respetivas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).
3. A utilização das TIC no trabalho da CC é muito limitada ou inexistente. A introdução de tais sistemas de gestão irá melhorar o trabalho da CC e sua eficiência.
4. A divulgação e comunicação da CC precisa de ser dinamizada. O público não tem praticamente nenhum envolvimento no trabalho e planeamento das ações da CC.
5. A CC está agora a começar a desenvolver diretrizes de auditoria e terá de implementar as melhores práticas da INTOSAI e as Normas Internacionais de Auditoria das ISC/EFS (ISSAI) nas suas diretrizes.
6. A CC, Parlamento e MF precisam discutir como lidar com as consequências da nova disposição legal, a qual exige uma retificação do Orçamento do Estado em caso de uma estimativa de baixa execução (abaixo de 70%) até o final do 3º trimestre. Esta nova exigência terá um impacto negativo no tempo de discussão das recomendações de Auditoria e seguimento na altura de discutir/aprovar a Proposta do Orçamento do Executivo. Como consequência, há uma elevada probabilidade de que o orçamento seja aprovado só após o início do ano fiscal (em Fevereiro), com todas as consequências em termos de indicadores para a força da legislatura e ISC no que diz respeito à supervisão do processo orçamental, controlo externo e auditoria.
7. As comissões parlamentares permanentes necessitam de formação para supervisionar de forma mais eficiente a crescente disparidade e variação entre os orçamentos aprovados e orçamentos efetivamente implementados. A unidade de investigação do parlamento deve ser reforçada a fim de fornecer uma análise eficiente do orçamento e das despesas utilizando as melhores práticas. Além disso, a adesão nacional deve ser feita através de funcionários nacionais especializados que trabalhem em unidades deste tipo, coisa que até à data nunca foi feita de forma eficaz.
8. Há uma clara necessidade de aumentar a introdução prevista das TIC no trabalho do parlamento. As bases de dados e sistemas de gestão devem ser configurados, uma vez que isso aumentará a transparência e prestação de contas no parlamento.
9. As políticas de género e metas nacionais carecem de seguimento a nível de despesas e execução do orçamento. Não existem ferramentas que permitam a supervisão a nível de despesas e execução do orçamento, mesmo tendo em conta que esse método poderia tornar-se uma forma importante para implementar a igualdade equidade de género.
10. As comissões permanentes e redes parlamentar de género precisam ser treinadas para que possam levar a cabo orçamentos e análise de despesas baseadas no género.
11. A sociedade civil encontra-se bastante ativa no campo da transparência orçamental e na promoção do acesso à informação e orçamento fiscal. No entanto a participação do público no processo orçamental está a diminuir rapidamente, o envolvimento público na fiscalização do parlamento e na supervisão do trabalho legislativo também se encontra em regressão e não se verifica nenhuma interação entre o público e as ISC/EFS.

Os dados empíricos recolhidos pela avaliação da missão de formulação dos PTA do Pro PALOP-TL ISC devem ser actualizados pelos exercícios mais recentes do Inquérito Orçamento Aberto (IOA) 2015, publicados em Setembro, e do PEFA (quando se justificar).

III. METODOLOGIA DAS SESSÕES DE TRABALHO

Da teoria à prática, esta será a abordagem metodológica, pelo que a teoria académica será apoiada pelo conhecimento aplicado e prático dos contextos legais, institucionais e humanos específicos dos países que participarão do seminário.

Os facilitadores especialistas irão apresentar os últimos desenvolvimentos sobre os resultados do IOA 2015 nos PALOP, Timor-Leste, Brasil e Portugal, bem como outro tipo de informação importante e de enquadramento das experiências de terreno, trazidas pelos delegados. Os participantes nacionais também irão facilitar sessões de trabalho para partilhar contextos locais específicos representando as suas respetivas instituições. Cada sessão terá um objetivo de aprendizagem definido (LO¹⁷ - Objetivo de Aprendizagem) e um ponto-chave (KU¹⁸ - Compreensão-Chave), estabelecendo limites claros do que é esperado de cada sessão- LO & KU serão especificados na Agenda.

Assim, o Seminário irá integrar uma variedade de técnicas pedagógicas e de comunicação a fim de garantir a aprendizagem eficiente através de métodos participativos e interativos de aprendizagem que implicará o envolvimento dos participantes, tomando sempre em consideração as suas contribuições.

Pelo que, o Seminário incluirá três componentes:

Uma componente de caráter teórico que coloca o acento sobre os fundamentos da metodologia e seus conceitos. **Uma componente prática** colocando o acento sobre a implementação prática das exigências através dos exercícios pedagógicos que incidirão principalmente sobre os elementos essenciais. **Uma componente para a consolidação da aprendizagem** os trabalhos de grupo seguidos de restituições em plenária, de intercâmbios de pontos de vista, de discussões, de críticas construtivas, do resultado dos trabalhos de grupo e das soluções propostas a fim de assegurar uma interpretação uniforme das exigências e desafios.

Conforme já referido, o Seminário irá integrar uma variedade de técnicas pedagógicas e de comunicação a fim de garantir a aprendizagem eficiente e interativa através de métodos participativos de aprendizagem para adultos:

- **As Apresentações** servem para introduzir os representantes/participantes aos temas e estudos de caso em debate. Os facilitadores, convidados e os representantes de cada instituição, terão portanto um tempo limite a fim de promover a interação e discussão entre os participantes. A fim de garantir que os representantes/participantes capturem os pontos-chave do Seminário. Assim, oradores convidados, facilitadores peritos e participantes serão convidados a utilizar as apresentações do *Power Point* cujo conteúdo serão partilhados durante a formação e disponibilizados após o encerramento da ação no *website* do Pro PALOP-TL SAI @ <http://www.propaloptl-sai.org>, bem como através da respetiva plataforma de *formação on-line*.
- **Os Estudos de Caso** incidem sobre os principais documentos orçamentais; os resultados do IOA 2015 nos PALOP e em Timor-Leste; os instrumentos, técnicas e métodos de fiscalização jurisdicional (visto e diferentes tipos de auditorias) e legislativa; meios e boas práticas de envolvimento do público nos processos orçamentais (incluindo a fase de auditoria da Conta Geral) e na fiscalização legislativa, visando o conhecimento aplicado, a prática em contextos específicos e expõem as lições aprendidas pelos participantes. Haverá a oportunidade de expor casos específicos e exemplos num contexto de aprendizagem entre pares, colocando realidades locais e contextos específicos num contexto global e as melhores práticas baseadas em conhecimento aplicado e dados empíricos que permitem expor as lições aprendidas.
- **Os grupos de trabalho** garantidos através dos exercícios práticos e outras tarefas desenvolvidos em trabalhos de grupo que irão permitir aos participantes trabalhar em equipa, discutir mais aprofundadamente alguns tópicos e temáticas e encontrar soluções inclusivas e respostas aos desafios colocados. Os trabalhos de grupo entre representantes dos países contemplam exercícios pedagógicos realizados permitindo apresentar os pontos mais problemáticos e identificar as melhores práticas, seguidos de restituições em plenária que permitem discussões mais aprofundadas de alguns tópicos, temáticas e críticas construtivas.
- **As Notas de apoio** são as notas-chave e recursos que dão apoio a cada, facilitador especialista e apresentação do participante por país. As notas de apoio devem ser submetidas previamente à comissão executiva do Seminário a fim de incluí-las nos recursos e pastas dos participantes.
- **A Gravação áudio e de vídeo** cobertura de todas as sessões para mais tarde serem utilizadas como parte de um Módulo de *e-Learning* utilizando a Agenda e o conteúdo da ação de formação como *story board*. O Seminário será vídeo-áudio gravada para mais tarde ser integrada em um Módulo de *e-Learning* do Seminário/Mesa Redonda nos PALOP-TL, usando a Agenda como *story board* e como conteúdos as discussões ao vivo. Pequenos *sketches* com participantes nacionais enquanto respondentes de primeira

¹⁷ Estratégias através das quais os delegados demonstram o nível de domínio e proficiência de KU da sessão.

¹⁸ Conhecimentos adquiridos pelos participantes através da sessão: teoria, princípios, *know-how*, a prática, o quadro jurídico, etc.

linha irão capturar a dinâmica do Seminário/Mesa Redonda e as expectativas dos participantes. Entrevistas mais longas e estruturadas com os facilitadores pré-programados abordarão temas importantes discutidos no Seminário/Mesa Redonda no contexto dos PALOP-TL - estas serão em menor número, mas mais longas. Finalmente, uma sessão de conversa mais direta vai permitir que os participantes apresentem os pontos mais problemáticos que se identifiquem as melhores práticas em uma discussão estilo livre na modalidade das ISC/Câmara de Contas/ Tribunal Administrativo em Debates.

- **O Reporte das sessões de trabalho** duas equipas de quatro relatores irão garantir a comunicação dos 5 dias e a cada dia: dois irão cobrir as sessões de trabalho na parte da manhã e dois irão cobrir as sessões de trabalho no período da tarde. As sessões nos grupos de trabalho serão cobertas pelos relatores identificados dentro de cada grupo.
- **A avaliação** das sessões será fornecida no final do Seminário/Mesa Redonda e irá abordar cada sessão ou módulo visando em específico o conteúdo fornecido, a facilitação, apresentação e logística. A avaliação final incluirá dados qualitativos e permitirá que futuras formações de capacitação possam melhorar efetivamente a partir da identificação de falhas e lapsos do presente Seminário/Mesa Redonda.
- **A língua de trabalho do Seminário será o Português** em todas as sessões plenárias e apresentações.

A abordagem será, portanto, da teoria à prática de forma a permitir aos representantes, através de um olhar aprofundado sobre os problemas discutidos, encontrar respostas e soluções inclusivas para os desafios que irão ser abordados.

3.1 OBJETIVOS

Como referido anteriormente, a transparência, a participação e a prestação de contas são três pilares fundamentais da boa governação. Isto vale também para a gestão dos recursos públicos. A promoção destes três pilares depende de um conjunto de instituições, públicas e não-governamentais, com papéis separados e complementares. Este conjunto inclui, além do governo, o Parlamento, a Instituição Suprema de Auditoria/Controlo (ISA/ISC) e a sociedade civil, entre outras. A boa governação dos recursos públicos depende de uma interação eficaz entre estes vários atores.

Com base nos resultados do Inquérito sobre Orçamento Aberto de 2015 (a única avaliação internacional, independente e comparativa sobre transparência, participação e prestação de contas no processo orçamentário), o presente seminário propõe-se comparar as experiências dos países lusófonos na promoção de uma gestão das finanças públicas mais équa e aberta.

O Objectivo Geral visa a troca de experiências e acesso a melhores práticas no domínio do controlo independente das finanças públicas nos PALOP e Timor-Leste: papéis e sinergias entre a sociedade civil, o executivo, os tribunais de contas e parlamentos. Destacam-se os seguintes objectivos específicos:

1. Criar uma oportunidade para um diálogo aberto entre os vários actores que compõem o sistema de prestação de contas no processo orçamentário dos países lusófonos;
2. Discutir os resultados do Inquérito sobre Orçamento Aberto de 2015;
3. Promover uma reflexão sobre melhorias na colaboração entre governos, parlamentos, instituições supremas de auditoria e sociedade civil em prol da prestação de contas na gestão das finanças públicas;
4. Trabalhar numa agenda comum entre os vários actores no mesmo país.

3.2 RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados do Seminário são:

- 1) Os participantes conhecem melhor o contexto da transparência orçamental e controlo externo das finanças públicas nos países lusófonos, nomeadamente através dos resultados do IOA 2015;
- 2) Os participantes identificam de forma clara um quadro de sinergias e colaboração dos principais actores no domínio da transparência orçamental e controlo externo das finanças públicas nos países lusófonos;
- 3) Os participantes identificam medidas de reforço do envolvimento público no processo orçamental, incluindo na fiscalização legislativa orçamental e no controlo externo das ISC;
- 4) Os participantes elaboram e aprovam uma agenda comum nacional entre os diferentes actores no seio de cada país lusófono
- 5) Um Módulo *e-Learning* é produzido tendo como *story board* o conteúdo do Seminário/Mesa que estará disponível em Português e/ou Inglês;
- 6) O Relatório Final estará disponível e acessível com os resultados das sessões de trabalho e os principais produtos/resultados do Seminário/Mesa sejam seguidamente produzidos e disponibilizados atempadamente em Português e/ou Inglês.

3.3 PRODUTOS ESPERADOS

Os produtos do Seminário são:

- 1) Handbook do Participante (versão Portuguesa) que inclui os Termos de Referência (*TdR*), a Agenda com o conteúdo dos módulos e as sessões de trabalho, a Nota Logística e a Lista dos Participantes do Seminário;
- 2) Pasta do Participante com o Handbook do representante e toda a documentação e demais materiais de apoio do Seminário, incluindo um cartão de memória USB; bem como o conjunto das apresentações em PowerPoint dos representantes dos países representados;
- 3) Materiais de visibilidade do Seminário que inclui até dois (*banners* e *Roll-up*), um nota de imprensa e certificados;
- 4) Materiais audiovisuais do Seminário que inclui todas as gravações e entrevistas capturadas durante o referido evento e um Módulo *e-Learning* (versões em Português e Inglês);
- 5) Representantes das OSC, ISC, Parlamentos e Ministérios das Finanças dos países lusófonos capacitados;
- 6) Fichas e indicadores de avaliação do Seminário;
- 7) Relatório narrativo e financeiro final que inclui todo o conteúdo e produtos do Seminário.

IV. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMISSÃO EXECUTIVA DO SEMINÁRIO

Com vista a garantir a eficiência da organização do Seminário será constituída uma Comissão Executiva incluindo representantes do Pro PALOP-TL ISC, IBP, Escritório do PNUD em São Tome e Príncipe.

A Comissão Executiva será responsável pela organização eficiente do Seminário e por garantir que todos os produtos e resultados sejam entregues dentro dos prazos. A Comissão Executiva deve ser apoiada por uma equipa de relatores.



AGENDA

Seminário conjunto IBP/Pro PALOP-TL ISC sobre Transparência e Prestação de Contas nas Finanças Públicas dos países lusófonos: Papéis dos vários atores e sinergias (Sociedade Civil, Executivo, Tribunais de Contas e Parlamentos)

São Tomé e Príncipe
2 - 5 de novembro de 2015

Objectivos, Agenda preliminar e participantes

INTRODUÇÃO

Transparência, participação e prestação de contas são três pilares fundamentais da boa governação. Isto vale também para a gestão dos recursos públicos. A promoção destes três pilares depende de um conjunto de instituições, públicas e não-governamentais, com papéis separados e complementares. Este conjunto inclui, além do governo, o Parlamento, a Instituição Suprema de Controlo (ISC) e a sociedade civil, entre outras.

A boa governação dos recursos públicos depende de uma interação eficaz entre estes vários actores. Com base nos resultados do Inquérito sobre Orçamento Aberto de 2015 (www.openbudgetsurvey.org) – a única avaliação internacional, independente e comparativa sobre transparência, participação e prestação de contas no processo orçamentário – este seminário se propõe comparar as experiências dos países lusófonos na promoção de uma gestão das finanças públicas mais equa e aberta.

OBJECTIVO GERAL

Troca de experiências e acesso a melhores práticas no domínio da transparência e da prestação de contas nas finanças públicas dos países lusófonos: papéis e sinergias entre a sociedade civil, o executivo, os tribunais de contas e os parlamentos

OBJECTIVOS ESPECIFICOS

1. Criar uma oportunidade para um diálogo aberto entre os vários actores que compõem o sistema de prestação de contas no processo orçamentário dos países lusófonos;
2. Discutir os resultados do Inquérito sobre Orçamento Aberto de 2015;
3. Promover uma reflexão sobre melhorias na colaboração entre governos, parlamentos, instituições supremas de auditoria e sociedade civil em prol da prestação de contas na gestão das finanças públicas;
4. Trabalhar numa agenda comum entre os vários actores no mesmo país.

AGENDA PRELIMINAR

Domingo, 01 Novembro, 2015 - *Chegada dos Participantes*

Dia 1 – Segunda-feira, 02 Novembro, 2015

Hora	Módulos	Equipa Recurso
09:00 – 09:30 (30')	Recepção dos convidados e Inscrição dos Delegados	Protocolo do Seminário
09:30 – 10:30 (60')	Abertura/Boas Vindas <ul style="list-style-type: none"> ✓ Alocuções de Abertura e Boas Vindas <ul style="list-style-type: none"> ○ Representante IBP ○ Representante do PNUD ○ Representante da Delegação da União Europeia/ONFED ○ Representante do Ministério das Finanças ○ Representante do Tribunal de Contas ○ Representante da Assembleia Nacional 	Protocolo do Seminário Relatores 1 & 2
10:30 – 11:00 (30')	Pausa-café	
Módulo 1: Transparência e participação no processo orçamental nos PALOP e Timor-Leste		
11:00 – 11:10 (10')	Housekeeping <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentação da Agenda ✓ Explicação da logística das Sessões 	Ricardo Godinho Gomes , Gestor de Projetos & Chefe do Pro PALOP-TL ISC Relatores 1 & 2
11:10 – 11:30 (20')	Painel 1: Apresentação da metodologia e os resultados do Inquérito Orçamento Aberto (IOA) 2015 nos PALOP e Timor-Leste (incluindo resultados preliminares para Guiné-Bissau e Cabo Verde)	<u>Guest Speaker:</u> Paolo de Renzio , Senior Research Fellow, IBP <u>Moderador:</u> por indicar Relatores 1 & 2
11:30 – 11:45 (15')	Caso Prático: Breve apresentação e discussão dos resultados IOA 2015 Angola	<u>Guest Speaker:</u> ADRA , Angola Relatores 1 & 2
11:45 – 12:00 (15')	Caso Prático: Breve apresentação e discussão dos resultados IOA 2015 Moçambique	<u>Guest Speaker:</u> CIP , Moçambique Relatores 1 & 2
12:00 – 12:15 (15')	Caso Prático: Breve apresentação e discussão dos resultados IOA 2015 São Tomé e Príncipe	<u>Guest Speaker:</u> Wanando , São Tomé e Príncipe Relatores 1 & 2
12:30 – 13:30 (60')	Almoço	
13:30 – 13:45 (15')	Caso Prático: Breve apresentação e discussão dos resultados IOA 2015 Timor-Leste	<u>Guest Speaker:</u> La'O Hamutuk , Timor-Leste Relatores 3 & 4
13:45 – 14:00 (15')	Caso Prático: Breve apresentação e discussão dos resultados preliminares para a Guiné-Bissau e Cabo Verde com base na metodologia do IOA 2015	<u>Guest Speaker:</u> Paolo de Renzio , Senior Research Fellow, IBP Relatores 3 & 4
14:00 – 14:30 (30')	Pausa-Café	
14:30 – 15:15 (45')	Primeira Mesa Redonda: Boas Práticas e desafios comuns na promoção da transparência e participação no orçamento público	<u>Moderador:</u> por indicar Relatores 3 & 4
15:15 – 16:00 (45')	Grupos de Trabalho por país sobre os resultados do IOA 2015 (com base nos Sumários dos relatórios Nacionais do IOA)	Facilitadores 1, 2, 3, 4, 5, 6 Moderadores 1, 2, 3, 4, 5, 6 Relatores 1, 2, 3, 4, 5, 6
16:00 – 16:45 (45')	Plenária: apresentação das conclusões e recomendações dos grupos de trabalho	Moderadores 1, 2, 3, 4, 5, 6 Relatores 1, 2, 3, 4, 5, 6

16:45 – 17:00 (15')	Networking & Encerramento do Dia 1
19:00	Os Participantes são convidados a um Jantar/Cocktail Oficial no Hotel @@@@

Dia 2 – Terça-feira, 03 Novembro, 2015

Hora	Módulos	Equipa Recurso
09:00 – 09:30 (30')	Inscrição dos Delegados	Protocolo do Seminário
Módulo 2: O sistema de prestação de contas no orçamento público nos PALOP e em Timor-Leste – a força das legislaturas e a independência e eficácia das instituições supremas de auditoria		
09:30 – 10:00 (30')	Painel 2: O trabalho do PNUD a nível global de reforço da fiscalização legislativa orçamental	<u>Guest Speaker:</u> Charles Chauvel , Team Leader, Inclusive Political Processes, Bureau for Policy & Programme Support, UNDP <u>Moderador: por indicar</u> Relatores 3 & 4
10:00 – 10:30 (30')	Discussão e Debate em plenária	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 3 & 4
10:30 – 11:00 (30')	Pausa-café	
11:00 – 11:45 (45')	Segunda Mesa Redonda: O papel de Parlamentos e das Instituições Superiores de Controlo na fiscalização do orçamento e contas públicas	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 3 & 4
11:45 – 12:30 (45')	Discussão e Debate em plenária	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 3 & 4
12:30 – 13:30 (60')	Almoço	
13:30 – 14:00 (30')	Painel 3: Apresentação da pesquisa internacional IBP sobre o papel dos vários atores no sistema de prestação de contas orçamentário	<u>Guest Speaker: por indicar</u> <u>Moderador: por indicar</u> Relatores 1 & 2
14:00 – 14:30 (30')	Discussão e Debate em plenária	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 1 & 2
14:30 – 15:15 (45')	Terceira Mesa Redonda: O papel da sociedade civil na promoção da transparência e prestação de contas no orçamento público	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 1 & 2
15:15 – 16:00 (45')	Discussão e Debate em plenária	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 1 & 2
16:00 – 16:30 (30')	Pausa-café	
16:30 – 17:00	Networking & Encerramento do Dia 2	

Dia 3 – Quarta-feira, 04 Novembro, 2015

Hora	Módulos	Equipa Recurso
09:00 – 09:30 (30')	Inscrição dos Delegados	Protocolo do Seminário
Módulo 3: Como promover transparência, participação e prestação de contas nos orçamentos públicos		
09:30 – 10:30 (60')	Quarta Mesa Redonda: Promovendo a colaboração entre atores do sistema de prestação de contas orçamentário: boas práticas e desafios	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 3 & 4
10:30 – 11:00 (30')	Pausa-café	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 3 & 4
11:00 – 11:30 (30')	Discussão e Debate em plenária	<u>Moderador: por indicar</u> Relatores 3 & 4

11:30 – 12:30 (60')	Grupos de trabalho por país sobre planos de acção conjunta nos PALOP e Timor-Leste	Moderadores: por indicar Relatores 1, 2, 3, 4, 5, 6
12:30 – 13:30 (60')	Almoço	
13:30 – 14:30 (60')	Apresentação dos Grupos de Trabalho por país em Plenária	Moderadores: por indicar Relatores 1, 2, 3, 4, 5, 6
14:30 – 15:30 (60')	Discussão e Debate em plenária	Moderador: por indicar Relatores 1 & 2
15:30 - 16:00 (30')	Chegada e recepção de Convidados	Protocolo do Seminário
16:00 – 16:15 (15')	Apresentação do Curso eLearning do Pro PALOP-TL ISC sobre Controlo Externo das Despesas Públicas nos PALOP e em Timor-Leste	Lote Geunis, AGORA
16:15 – 17:00 (45')	Encerramento/Farewell <ul style="list-style-type: none"> ✓ Alocuções de Encerramento <ul style="list-style-type: none"> ○ Representante IBP ○ Representante do PNUD ○ Representante da Delegação da União Europeia/ONFED ○ Representante do Ministério das Finanças ○ Representante do Tribunal de Contas ○ Representante da Assembleia Nacional 	Protocolo da Assembleia da República de Moçambique Relatores 1, 2, 3 & 4
17:00	Encerramento do Seminário conjunto IBP/Pro PALOP-TL ISC sobre Transparência e Prestação de Contas nas Finanças Públicas dos países lusófonos: Papéis dos vários atores e sinergias (Sociedade Civil, Executivo, Tribunais de Contas e Parlamentos)	

**QUINTA-FEIRA, 05 NOVEMBRO, 2015 - REGRESSO DOS PARTICIPANTES
(EXCEPTO REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL)**

Dia 4 – Quinta-feira, 05 Novembro 2015**Dia dedicado somente para os representantes da sociedade civil**

Hora	Módulos	Equipa Recurso
09:00 – 09:30 (30')	Inscrição dos Delegados	Protocolo do Seminário
Módulo 4: Planificação estratégica e operacional para a promoção do envolvimento do público nos processos orçamentais e controlo externo das contas públicas – elaboração do Plano Integrado de Trabalho 2016		
09:30 – 11:00 (90')	Planificação estratégica e operacional – o papel da sociedade civil na promoção da transparência e prestação de contas no orçamento público	Moderador: por indicar Relatores 3 & 4
10:30 – 11:00 (30')	Pausa-café	
11:00 – 12:30 (90')	Planificação estratégica e operacional – desafios e necessidades da sociedade civil nos PALOP e Timor Leste	Moderador: por indicar Relatores 3 & 4
12:30 – 13:30 (60')	Almoço	
13:30 – 15:00 (90')	Planificação estratégica e operacional – formulação de plano de acção conjunto para OSC dos PALOP e Timor Leste	Moderador: por indicar Relatores 1 & 2
15:00 – 15:30 (30')	Pausa-café	
15:30 – 17:00	Planificação estratégica e operacional – formulação de plano de acção conjunto para OSC dos PALOP e Timor Leste	Moderador: por indicar Relatores 1 & 2
17:00	Encerramento dia 4	

Dia 5 – Sexta-feira, 06 Novembro 2015**Dia dedicado somente para os representantes da sociedade civil**

Hora	Módulos	Equipa Recurso
09:00 – 09:30 (30')	Inscrição dos Delegados	Protocolo Seminário
Conti=. Módulo 4: Planificação estratégica e operacional para a promoção do envolvimento do público nos processos orçamentais e controlo externo das contas públicas – elaboração do Plano Integrado de Trabalho 2016		
09:30 – 11:00 (90')	Planificação estratégica e operacional – orçamentação com base em resultados (finalização dos trabalhos)	Moderador 8: por indicar Relatores 3 & 4
10:30 – 11:00 (30')	Pausa-café	
11:00 – 12:30 (90')	Planificação estratégica e operacional – orçamentação com base em resultados	Moderador 8: por indicar Relatores 3 & 4
12:30 – 13:30 (60')	Almoço e fecho dos trabalhos	

Sexta-Feira, 06 Novembro, 2015 - Regresso dos representantes das Organizações da Sociedade Civil



NOTA LOGÍSTICA

NOTA LOGÍSTICA

Seminário conjunto IBP/Pro PALOP-TL ISC sobre Transparência e Prestação de Contas nas Finanças Públicas dos países lusófonos: Papéis dos vários atores e sinergias (Sociedade Civil, Executivo, Tribunais de Contas e Paramentos)

EVENTO, DATAS & LOCAL

O seminário realiza-se entre os dias **02 e 05 de Novembro de 2015**, em **São Tomé e Príncipe**, no **Hotel Pestana São Tomé**, onde ficarão alojados representantes das OSC, dos Paramentos, das ISC e dos Ministérios das Finanças dos PALOP e de Timor-Leste, Brasil e Portugal, para discutirem em profundidade, de forma comparada e com base na troca de experiências, a importância do envolvimento adequado do público no processo orçamental, incluindo na fiscalização legislativa orçamental e a auditoria anual da ISC às Contas Públicas (quer seja no âmbito do julgamento das contas de gerência ou do PCGE).

O Seminário será coorganizado e cofinanciado pela [International Budget Partnership](http://internationalbudget.org)¹ e pelo [Pro PALOP-TL ISC](http://www.propaloptl-sai.org)², um projeto inteiramente financiado pela União Europeia e diretamente administrado pelo PNUD. A Agenda do seminário foi desenvolvida na base de registros e experiências recentes no domínio da transparência orçamental e do controlo externo das finanças e contas públicas, bem como do envolvimento e escrutínio do público das despesas públicas.



© Hotel Pestana São Tomé.

¹ <http://internationalbudget.org/who-we-are/>.

² <http://www.propaloptl-sai.org/index.php/pt/>.

TRANSPORTE & PER DIEMS

Os bilhetes de avião dos participantes financiados pelo Projeto Pro PALOP-TL ISC deverão ser adquiridos pelos Escritórios do PNUD no país de origem. Os bilhetes de avião serão adquiridos de acordo com as regras e procedimentos do PNUD, mais especificamente em classe económica, pelo itinerário mais direto e mais barato.

Os participantes financiados pelo Projeto PRO PALOP-TL ISC irão receber *perdiems*, pagos de acordo com as regras e procedimentos do PNUD. Os *perdiems* serão baseadas nas taxas *standards* aplicadas pelo PNUD em São Tomé (ou no país de trânsito, se se justificar), aos quais serão deduzidos:

50% relativos a acomodação entre os dias 01 e 06 e de Novembro de 2015;

6% relativos aos pequenos-almoços entre os dias 01 e 06 e de Novembro de 2015;

12% relativos aos almoços entre os dias 02 e 04 e de Novembro de 2015.

Assim sendo, nesses dias, os participantes receberão 32% do valor total dos *perdiems* para São Tomé, sendo que para os dias remanescentes, cada participante receberá o *perdiem standard* do PNUD para São Tomé ou outras cidades em que possa estar em trânsito (se se justificar, de acordo com as regras e procedimentos do PNUD).

Por razões operacionais, os custos serão integralmente cobertos pelo Pro PALOP-TL ISC, não obstante serem cofinanciados pela IBP. Os pagamentos dos *perdiems* e marcação das viagens serão assegurados pelos Escritórios do PNUD nos países de origem dos participantes.

ALOJAMENTO



© Hotel Pestana São Tomé.

Os participantes ficarão alojados no Hotel Pestana São Tomé localizado na Ilha de São Tomé, no seguinte endereço:

Avenida Marginal 12 de Julho, CP851 São Tomé, São Tomé e Príncipe

Telefone: (+239) 222 49 78

Fax: (+239) 224 45 00

Email: reservas.stmoe@pestana.com

O Pestana São Tomé está situado à beira-mar, a 1 km do centro de São Tomé. Providencia acesso à praia privada, uma piscina exterior, um spa e um terraço com espreguiçadeiras. O Pestana São Tomé dispõe de quartos e suites com vista mar ou jardim, decorados de forma elegante. Cada quarto com ar condicionado está equipado com televisão por satélite e casa de banho privada com banheira ou chuveiro. Todas as manhãs, é servido um buffet de pequeno-almoço no salão partilhado.



© Hotel Pestana São Tomé.

Google Map: http://www.booking.com/hotel/st/pestana-sapso-toma-c.pt-pt.html?aid=311984;label=pestana-sapso-toma-c-YU1O1hOV0QhIFOWuDv2CNQS60753218233%3Ap1%3Aa%3Ap1%3Ap2600%2C000%3Aac%3Aap1t1%3Aneq%3Afi%3Atikwd-27348655389%3Alp2132%3Ali%3Adec%3Adm;sid=d9f951290913d5df92b9ffc3ada46a11;dcid=4;room1=A%2CA;sb_price_type=total;srfid=915640474702a039800010a2b424f5cb54857a0bX1;type=total;ucfs=1&;lang=pt-pt#map_opened-show_id549572

A Organização é responsável pelo pagamento do alojamento, pequeno-almoço e almoço dos participantes no Hotel Pestana São Tomé durante os dias em que decorre o Seminário, entre os dias 01 e 06 de Novembro de 2015. Por forma a facilitar a logística, os participantes serão acomodados no mesmo Hotel em que decorre a formação. Assim sendo, durante os dias em que estará a decorrer o seminário, a exceção de eventuais fins-de-semana, os participantes receberão um *perdiem* reduzido em que os custos acima referidos serão deduzidos, devendo por isso receber 32% do *full perdiem*.

Os custos serão integralmente cobertos pelo Pro PALOP-TL ISC, não obstante serem cofinanciados pela IBP.

CONTACTOS

Unidade de Gestão do Projeto Pro PALOP-TL ISC

PNUD Cabo Verde, Casa das Nações Unidas, PO Box 62 - Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde

Telefone.: (+238) 260 9600

Fax: (+238) 2621404

Website : <http://www.propaloptl-sai.org/index.php/pt/>

- **Ricardo Godinho Gomes**, Gestor de Projetos & Chefe da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC
(+238) 932 76 87/ ricardo.g.gomes@cv.ijo.un.org
- **Maria Andrade**, Conselheira Nacional Sénior da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC
(+238) 997 73 97/ maria.andrade@cv.ijo.un.org
- **André Delgado**, Assistente do Programa da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC
(+238) 996 37 63/ andre.delgado@cv.ijo.un.org

PNUD – Escritório na RDSTP

Avenue des Nations Unies, B.P 109, São Tomé e Príncipe

Telefone.: (+239) 222 11 22 / 222 11 23 / 224 10 00

Fax: (+239) 222 21 98

E-mail: registry.st@undp.org

Website : <http://www.uns.st/undp>

- **Milú Aguiar**, Analista de Programas
(+239) 222 11 22/ (+239) 983 30 44/ milu.aguiar@undp.org
- **Ezequiel Fernandes**, Assistente de Programas
(+239) 222 11 22/ (+239) 990 84 18/ ezequiel.fernandes@undp.org

Delegação da União Europeia em Cabo Verde

- **Carla Folgoa**, Adida, Responsável pelo seguimento dos projetos da cooperação EU | PALOP-TL
(+238) 26213 92/93/94/ Carla.SEZOES-FOLGOA@eeas.europa.eu
- **Cassandra Pereira**, Adida, Responsável pelo Programa de Ajuda Orçamental
(+238) 26213 92/93/94/ Cassandra-Helena.PEREIRA@eeas.europa.eu

International Budget Partnership (IBP)

- **Paolo de Renzio**, Senior Research Fellow
(+55) 21 98746 7694 / pderenzio@internationalbudget.org

Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe

- Quintino Espírito Santo, Auditor
(+239) 2 242 507/ (+239) 992 94 10 / quintino_santo@hotmail.com

Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

- Helder Matos, Director da Direcção dos Serviços de Apoio Parlamentar e Documentação
(+239) 2 225 780 / (+239) 991 89 07 / matoshelder@gmail.com

Ministério Finanças e Administração Pública

- **Ginésio da Mata**, Diretor do Orçamento
(+239) 2 225325/(+239) 990 80 39/ ginesiodamata@yahoo.com.br
- Gualter da Vera Cruz/ vidacruz1@hotmail.com
(+239) 986 18 07
- Engracio da Graça
(+239) 9983848 / Student_saotome@hotmail.com
- **Joana Damiana da Graça Varela**, coordenadora do Gabinete de Coordenação e Gestão do Sistema Electrónico da Administração Financeira do Estado
(+239) 990 65 56/ jd varela12@gmail.com

INFORMAÇÃO ADICIONAL**Taxas de Câmbio**

USD/STD	EUR/STD
1.0 USD = 21.718,738 STD	1.0 EUR = 24.500 STD

<http://www.bistp.st/Conteudos/All/lista.aspx?idc=430&idl=1>

Vistos de Entrada

Os participantes na posse de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço originários da CPLP não precisam de Vistos de Entrada.

Os demais deverão obter o **Visto de Entrada** nas representações diplomáticas da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

Os participantes são responsáveis para a obtenção dos seus vistos, inclusive os de trânsito em países terceiros. Os participantes que necessitarem de um visto de entrada na República Democrática de S. Tomé e Príncipe devem fazê-lo através do <http://www.smf.st/virtualvisa/> ou enviando a cópia do passaporte com validade superior a 3 meses e informar com a devida antecedência a organização do Seminário.

Contactos úteis• **Saúde**

Hospital Central Dr. Ayres de Menezes
Tel. 222 12 22

• **Farmácias**

Farmácia Cabral
R. de Moçambique – S.Tomé
Tel. 222 12 54 / 222 20 84

Farmácia Distrital de Água-grande
Lg. Água-grande – S.Tomé
Tel. 222 72 57

Farmácia Pantufo
Lg. Pantufo - Água-grande
Tel. 222 76 38

INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLÔR (IMVF)
SAÚDE PARA TODOS
Bairro 3 de Fervreiro
Tel : 222 21 99 / 222 19 98

FUNDO NACIONAL DE MEDICAMENTOS
Rua Patrice LumumbaTel. 222 21 94
Bôbô Fôro Tel. 222 21 95)

- **Polícia**

Polícia de Segurança Pública – Distrito de
Água-grande
Tel. 222 22 22



Pro PALOP-TL ISC

Projeto para Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste

